

PSICOLOGIA FORENSE

Instrumentos de Avaliação



Coordenação

Mário R. Simões / Leandro S. Almeida / Miguel M. Gonçalves

PACTOR

EDIÇÃO

PACTOR – Edições de Ciências Sociais, Forenses e da Educação
Av. Praia da Vitória, 14 A – 1000-247 LISBOA
Tel: +351 213 511 448
pactor@pactor.pt
www.pactor.pt

DISTRIBUIÇÃO

Lidel – Edições Técnicas, Lda.
R. D. Estefânia, 183, R/C Dto. – 1049-057 LISBOA
Tel: +351 213 511 448
lidel@lidel.pt
www.lidel.pt

LIVRARIA

Av. Praia da Vitória, 14 A – 1000-247 LISBOA
Tel: +351 213 511 448 • Fax: +351 213 522 684
livraria@lidel.pt

Copyright © 2017, PACTOR – Edições de Ciências Sociais, Forenses e da Educação

* Marca registada da FCA – Editora de Informática, Lda.

ISBN edição impressa: 978-989-693-076-9

1.ª edição impressa: novembro de 2017

Paginação: Carlos Mendes

Impressão e acabamento: Tipografia Lousanense, Lda. – Lousã

Depósito Legal n.º 434273/17

Capa: José Manuel Reis

Imagem de capa: © Pavel Ignatov

Todos os nossos livros passam por um rigoroso controlo de qualidade, no entanto, aconselhamos a consulta periódica do nosso *site* (www.pactor.pt) para fazer o *download* de eventuais correções.

Não nos responsabilizamos por desatualizações das hiperligações presentes nesta obra, que foram verificadas à data de publicação da mesma.

Os nomes comerciais referenciados neste livro têm patente registada.



Reservados todos os direitos. Esta publicação não pode ser reproduzida, nem transmitida, no todo ou em parte, por qualquer processo eletrónico, mecânico, fotocópia, digitalização, gravação, sistema de armazenamento e disponibilização de informação, sítio *Web*, blogue ou outros, sem prévia autorização escrita da Editora, exceto o permitido pelo CDADC, em termos de cópia privada pela AGECOP – Associação para a Gestão da Cópia Privada, através do pagamento das respetivas taxas.

Índice

Os Autores	XXIII
Introdução	
Instrumentos de Avaliação em Psicologia Forense: Contributos da investigação para a prática profissional	1
<i>Mário R. Simões, Leandro S. Almeida e Miguel M. Gonçalves</i>	
Bibliografia	17
PARTE I – Psicopatia	23
1. Escala de Psicopatia de Hare – Versão Revista (PCL-R)	25
<i>Rui Abrunhosa Gonçalves e Olga Cunha</i>	
1.1. Indicações	25
1.1.1. Dimensões avaliadas	25
1.1.2. População-alvo	27
1.2. História	28
1.3. Fundamentação teórica	29
1.4. Estudos realizados em Portugal	31
1.4.1. Data e objetivos	31
1.4.2. Amostra e metodologia	31
1.4.3. Análises quantitativas e qualitativas dos itens	31
1.5. Procedimentos de aplicação e correção	34
1.6. Interpretação dos resultados	36
1.6.1. Dimensões e sua interpretação	36

1.6.2. Normas, critérios e parâmetros	36
1.7. Avaliação crítica	37
1.7.1. Vantagens e potencialidades	37
1.7.2. Limitações	38
1.7.3. Desenvolvimentos e estudos futuros	39
Bibliografia	39
Material	41
Edição e distribuição	41
Contacto com os autores	41
2. Escala de Psicopatia de Hare – Versão Jovens (PCL:YV)	43
<i>Pedro Pechorro, Ricardo Barroso, João Marôco, Rui Xavier Vieira e Rui Abrunhosa Gonçalves</i>	
2.1. Indicações	43
2.2. História	44
2.3. Fundamentação teórica	44
2.4. Estudos realizados em Portugal	45
2.4.1. Objetivos	45
2.4.2. População e amostra	46
2.4.3. Resultados relativos à validade e precisão	46
2.5. Procedimentos de aplicação e correção	50
2.6. Interpretação dos resultados	50
2.7. Avaliação crítica	51
Bibliografia	52
Material	54
Edição e distribuição	54
Contacto com os autores	54
3. Inventário de Traços Psicopáticos em Jovens (YPI)	55
<i>Diana Ribeiro da Silva, Carolina Dall'Antonia da Motta, Daniel Rijo, Pedro Pechorro e Rui Abrunhosa Gonçalves</i>	
3.1. Indicações	55
3.2. História	55
3.3. Fundamentação teórica	56

3.4. Estudos realizados em Portugal	57
3.4.1. Data e objetivos, amostra e metodologia	58
3.4.2. Análises quantitativas e qualitativas dos itens	59
3.4.3. Resultados relativos à precisão	60
3.4.4. Resultados relativos à validade	60
3.5. Procedimentos de aplicação e correção	63
3.6. Interpretação dos resultados	63
3.7. Avaliação crítica	64
3.7.1. Vantagens e potencialidades	64
3.7.2. Limitações	65
3.7.3. Desenvolvimentos e estudos futuros	65
Bibliografia	66
Material	68
Edição e distribuição	68
Contacto com os autores	68
4. Escala de Autoavaliação da Psicopatia (SRP-III)	69
<i>Bruno de Sousa, António C. Fonseca, Jolente De Man, Marta Oliveira, Margarida Barreto e Filipa dos Santos B. de Carvalho</i>	
4.1. Indicações	69
4.2. História	69
4.3. Fundamentação teórica	71
4.4. Estudos realizados em Portugal	71
4.4.1. Resultados relativos à precisão	75
4.4.2. Resultados relativos à validade	75
4.4.3. Análise Fatorial Exploratória da SRP-III	77
4.5. Procedimentos de aplicação e correção	79
4.6. Interpretação dos resultados	80
4.7. Avaliação crítica	81
Bibliografia	82
Material	85
Edição e distribuição	85
Contacto com os autores	85

5. Inventário de Traços Calosos/Insensibilidade Emocional (ICU)	87
<i>Pedro Pechorro, Ricardo Barroso, João Marôco e Rui Abrunhosa Gonçalves</i>	
5.1. Indicações	87
5.2. História	88
5.3. Fundamentação teórica	88
5.4. Estudos realizados em Portugal	90
5.4.1. Objetivos	90
5.4.2. População e amostra	90
5.4.3. Metodologia	90
5.4.4. Resultados relativos à validade e precisão	91
5.5. Procedimentos de aplicação e correção	95
5.6. Interpretação dos resultados	96
5.7. Avaliação crítica	96
Bibliografia	96
Material	98
Edição e distribuição	98
Contacto com os autores	98

PARTE II – Gestão do Risco, Risco de Violência **99**

6. Guião de Avaliação Histórica, Clínica e de Gestão do Risco: HCR-20 Versão 2 (HCR-20V2)	101
<i>Ana Cristina Neves e Rui Abrunhosa Gonçalves</i>	
6.1. Indicações	101
6.1.1. Dimensões avaliadas	101
6.1.2. População-alvo	102
6.2. História	102
6.3. Fundamentação teórica	103
6.4. Estudos realizados em Portugal	103
6.4.1. Data e objetivos, amostra e metodologia	103
6.4.2. Análises quantitativas e qualitativas dos itens	104
6.4.3. Resultados relativos à precisão	105
6.4.4. Resultados relativos à validade	107
6.5. Procedimentos de aplicação e correção	109

6.6. Interpretação dos resultados	109
6.6.1. Dimensões e sua interpretação	109
6.6.2. Normas, critérios e parâmetros	110
6.7. Avaliação crítica	111
Bibliografia	112
Material	114
Edição e distribuição	114
Contacto com os autores	114
7. Avaliação Estruturada do Risco de Violência em Jovens (SAVRY)	115
<i>Ana Castro e Jorge Negreiros</i>	
7.1. Indicações	115
7.1.1. Dimensões avaliadas	115
7.1.2. População-alvo	116
7.2. História	116
7.3. Fundamentação teórica	118
7.4. Estudos realizados em Portugal	120
7.4.1. Objetivos	120
7.4.2. Amostra e metodologia	120
7.4.3. Resultados no âmbito da precisão	122
7.4.4. Resultados no âmbito da validade	124
7.5. Procedimentos de aplicação e correção	125
7.5.1. Orientação de utilização e de cotação	125
7.6. Interpretação dos resultados	126
7.6.1. Item História de Autoagressão ou de Tentativas de Suicídio (SAVRY)	126
7.6.2. Item Rejeição pelo Grupo de Pares (SAVRY)	127
7.7. Avaliação crítica	128
7.7.1. Vantagens e potencialidades	128
7.7.2. Limitações e estudos futuros	129
Bibliografia	129
Material	132
Edição e distribuição	132
Contacto com os autores	132

8. Avaliação Estruturada de Fatores de Proteção para o Risco de Violência (SAPROF)	133
<i>Ana Cristina Neves e Cristina Soeiro</i>	
8.1. Indicações	133
8.1.1. Dimensões avaliadas	133
8.1.2. População-alvo	134
8.2. História	134
8.3. Fundamentação teórica	134
8.4. Estudos realizados em Portugal	135
8.4.1. Data e objetivos, amostra e metodologia	135
8.4.2. Análises quantitativas e qualitativas dos itens	137
8.4.3. Resultados relativos à fiabilidade	139
8.4.4. Resultados relativos à validade	140
8.5. Procedimentos de aplicação e correção	143
8.6. Interpretação dos resultados	144
8.6.1. Dimensões e sua interpretação	144
8.6.2. Normas, critérios e parâmetros	144
8.7. Avaliação crítica	145
Bibliografia	145
Material	147
Edição e distribuição	147
Contacto com os autores	147
9. Guia de Avaliação de Risco de Violência Conjugal (SARA)	149
<i>Iris Almeida e Cristina Soeiro</i>	
9.1. Indicações	149
9.1.1. Dimensões avaliadas	149
9.1.2. População-alvo	150
9.2. História	150
9.3. Fundamentação teórica	151
9.4. Estudos realizados em Portugal	152
9.4.1. Data e objetivos, amostra e metodologia	152
9.4.2. Análises quantitativas e qualitativas dos itens	154
9.4.3. Resultados relativos à fiabilidade	155

9.4.4. Resultados relativos à validade	156
9.5. Procedimentos de aplicação e correção	157
9.6. Interpretação dos resultados	159
9.6.1. Dimensões e sua interpretação	159
9.6.2. Normas, critérios e parâmetros	159
9.7. Avaliação crítica	160
9.7.1. Vantagens	160
9.7.2. Limitações	160
Bibliografia	161
Material	163
Edição e distribuição	163
Contacto com os autores	163
10. Protocolo de Avaliação de Jovens Agressores Sexuais – II (J-SOAP-II)	165
<i>Ricardo Barroso, Pedro Pechorro, Celina Manita, Pedro Nobre e Rui Abrunhosa Gonçalves</i>	
10.1. Indicações	165
10.2. História	166
10.3. Fundamentação teórica	168
10.4. Estudos realizados em Portugal	170
10.4.1. Objetivos	170
10.4.2. População, amostra e metodologia	170
10.4.3. Resultados relativos à precisão	171
10.4.4. Resultados relativos à validade	172
10.5. Procedimentos de aplicação e correção	174
10.6. Interpretação dos resultados	174
10.7. Avaliação crítica	175
Bibliografia	175
Material	178
Edição e distribuição	178
Contacto com os autores	178
11. Inventário de Avaliação do Risco de Reincidência e de Gestão de Caso para Jovens (YLS/CMI)	179
<i>Alberto Pimentel, Jorge Quintas, Ernesto Fonseca e Alexandra Serra</i>	

11.1. Indicações	179
11.1.1. Dimensões avaliadas	179
11.1.2. População-alvo	180
11.2. História	180
11.3. Fundamentação teórica	182
11.4. Estudos realizados em Portugal	183
11.4.1. Data e objetivos	183
11.4.2. Amostras e metodologias	183
11.4.3. Resultados relativos à fiabilidade e à validade	184
11.5. Procedimentos de aplicação e correção	188
11.6. Interpretação dos resultados	189
11.7. Avaliação crítica	190
11.7.1. Vantagens	191
11.7.2. Limitações	191
Bibliografia	191
Material	194
Edição e distribuição	194
Contacto com os autores	194
12. Inventário de Nível de Supervisão/Gestão de Caso (LS/CMI)	195
<i>Francisco Navalho e Ana Cristina Neves</i>	
12.1. Indicações	195
12.1.1. Dimensões avaliadas	195
12.1.2. População-alvo	196
12.2. História	196
12.3. Fundamentação teórica	198
12.4. Estudos realizados em Portugal	200
12.4.1. Data e objetivos	200
12.4.2. Amostra e metodologia	200
12.4.3. Análises quantitativas e qualitativas dos itens	201
12.4.4. Resultados relativos à precisão	202
12.4.5. Resultados relativos à validade	203
12.5. Procedimentos de aplicação e correção	205
12.6. Interpretação dos resultados	206
12.6.1. Dimensões e sua interpretação	206

12.6.2. Normas, critérios e parâmetros	206
12.7. Avaliação crítica	207
Bibliografia	208
Material	210
Edição e distribuição	210
Contacto com os autores	210
13. Protocolo de Entrevista Forense do NICHD	211
<i>Isabel Alberto, Liliana Barros, Rita Dias, Marina Maravilha e Catarina Ribeiro</i>	
13.1. Indicações	211
13.1.1. População-alvo	211
13.2. História	212
13.3. Fundamentação teórica	213
13.4. Estudos realizados em Portugal	215
13.4.1. Data e objetivos	215
13.4.2. Amostra e metodologia	216
13.4.3. Resultados relativos à precisão	217
13.4.4. Resultados relativos à validade	220
13.5. Procedimentos de aplicação e correção	222
13.6. Interpretação dos resultados	223
13.7. Avaliação crítica	224
13.7.1. Vantagens e potencialidades	224
13.7.2. Limitações	224
13.7.3. Desenvolvimentos e estudos futuros	225
Bibliografia	225
Material	227
Edição e distribuição	227
Contacto com os autores	227
14. Inventário de Conflitos nas Relações de Namoro de Adolescentes (CADRI-P)	229
<i>Suzana Lucas, Maria do Rosário Pinheiro e Mário R. Simões</i>	
14.1. Indicações	229
14.1.1. Dimensões avaliadas	229
14.1.2. População-alvo	230

14.2. História	230
14.3. Fundamentação teórica	230
14.4. Estudos realizados em Portugal	232
14.4.1. Datas e objetivos	232
14.4.2. Amostra e procedimentos	233
14.4.3. Resultados no âmbito da precisão	234
14.4.4. Resultados no âmbito da validade	235
14.4.5. Análise discriminante	239
14.5. Procedimentos de aplicação e correção	240
14.6. Interpretação dos resultados	241
14.6.1. Dimensões	241
14.6.2. Normas	241
14.7. Avaliação crítica	242
14.7.1. Vantagens e potencialidades	242
14.7.2. Limitações	243
14.7.3. Desenvolvimentos futuros	243
Bibliografia	243
Material	249
Edição e distribuição	249
Contacto com os autores	249
15. Escala de Atitudes relativas à Violência no Namoro (EAVN)	251
<i>Rosa Saavedra, Carla Machado† e Carla Martins</i>	
15.1. Indicações	251
15.1.1. Dimensões avaliadas	251
15.1.2. População-alvo	251
15.2. História	252
15.3. Fundamentação teórica	253
15.4. Estudos realizados em Portugal	254
15.4.1. Data e objetivos	254
15.4.2. Amostra e metodologia	254
15.4.3. Dados qualitativos e quantitativos dos itens	255
15.4.4. Resultados no âmbito da precisão	256
15.4.5. Resultados relativos à validade	256
15.5. Procedimentos de aplicação e correção	261

15.6. Interpretação dos resultados	262
15.6.1. Dimensões e sua interpretação	262
15.6.2. Normas, critérios ou parâmetros	262
15.7. Avaliação crítica	263
15.7.1. Vantagens e potencialidades	263
15.7.2. Limitações	264
15.7.3. Desenvolvimento e estudos futuros	264
Bibliografia	265
Material	266
Edição e distribuição	266
Contacto com os autores	266

PARTE III – Psicopatologia, Comportamento Antissocial **267**

16. Instrumento de Avaliação da Saúde Mental de Jovens de Massachusetts – Versão 2 (MAYSI-2) **269**

Pedro Armelino Almiro, M. Inês Ferreira, Renata L. Campos, Joana Flório, Rute Ferreira, Eva Pinheiro, Vanessa Videira, Carlos Perdiz, Jorge Simões e Mário R. Simões

16.1. Indicações	269
16.1.1. Dimensões avaliadas	269
16.1.2. População-alvo	270
16.2. História	270
16.3. Fundamentação teórica	270
16.4. Estudos realizados em Portugal	272
16.4.1. Data e objetivos	272
16.4.2. Amostra e metodologia	272
16.4.3. Resultados relativos à precisão	274
16.4.4. Resultados relativos à validade	275
16.5. Procedimentos de aplicação e correção	280
16.6. Interpretação dos resultados	280
16.7. Avaliação crítica	282
Bibliografia	284
Material	286
Edição e distribuição	286
Contacto com os autores	286

17. Inventário de Avaliação de Esquemas por Cenários Ativadores – Comportamento Antissocial (IAECA-CA)	287
<i>Marta Capinha, Carolina Dall'Antonia da Motta e Daniel Rijo</i>	
17.1. Indicações	287
17.1.1. Dimensões avaliadas	287
17.1.2. População-alvo	287
17.2. História	287
17.3. Fundamentação teórica	289
17.4. Estudos realizados em Portugal	292
17.4.1. Objetivos	292
17.4.2. Amostras	292
17.4.3. Procedimentos e instrumentos	293
17.4.4. Resultados relativos à fiabilidade	294
17.4.5. Resultados relativos à validade	294
17.4.6. Capacidade discriminativa entre as amostras geral e forense	298
17.4.7. Análise dos padrões emocionais	298
17.5. Procedimentos de aplicação e correção	299
17.6. Interpretação dos resultados	299
17.7. Avaliação crítica	300
17.7.1. Vantagens e potencialidades	300
17.7.2. Limitações	301
17.7.3. Desenvolvimentos e estudos futuros	301
Bibliografia	301
Material	304
Edição e distribuição	304
Contacto com os autores	304

**PARTE IV – Sugestionabilidade, Estilos de Resposta, Validade de Desempenhos e
Validade de Sintomas**

305

18. Escalas de Sugestionabilidade de Gudjonsson (GSS1 e GSS2)	307
<i>Rute Pires, Maria Salomé Pinho e Pedro Barbas de Albuquerque</i>	
18.1. Indicações	307
18.1.1. Dimensões avaliadas	307

18.1.2. População-alvo	308
18.2. História	308
18.3. Fundamentação teórica	308
18.4. Estudos realizados em Portugal	309
18.4.1. Data e objetivos, amostra e metodologia	309
18.4.2. Análises quantitativas e qualitativas dos itens	310
18.5. Procedimentos de aplicação e correção	316
18.6. Interpretação dos resultados	316
18.6.1. Dimensões e sua interpretação	316
18.6.2. Normas, critérios e parâmetros	317
18.7. Avaliação crítica	317
18.7.1. Vantagens e potencialidades	317
18.7.2. Limitações	317
18.7.3. Desenvolvimentos e estudos futuros	318
Bibliografia	318
Material	320
Edição e distribuição	320
Contacto com os autores	320
19. Teste de Sugestionabilidade das Afirmações de Bona (TSAB)	321
<i>Ana Catarina Ribeiro, Maria Salomé Pinho e Teresa Sousa Machado</i>	
19.1. Indicações	321
19.1.1. Dimensões avaliadas	321
19.1.2. População-alvo	321
19.2. História	321
19.3. Fundamentação teórica	322
19.4. Estudos realizados em Portugal	323
19.4.1. Data e objetivos	323
19.4.2. Amostra e metodologia	323
19.4.3. Resultados relativos à fiabilidade	325
19.4.4. Resultados relativos à validade	326
19.5. Procedimentos de aplicação e correção	328
19.6. Interpretação dos resultados	329
19.6.1. Dimensões e sua interpretação	329
19.6.2. Normas, critérios e parâmetros	329

19.7. Avaliação crítica	331
19.7.1. Vantagens e potencialidades	331
19.7.2. Limitações	331
19.7.3. Desenvolvimentos e estudos futuros	331
Bibliografia	332
Material	334
Edição e distribuição	334
Contacto com os autores	334
20. Escala de Desejabilidade Social de 20 Itens (EDS-20)	335
<i>Pedro Armelino Almiro, Daniela Almeida, Margarida Ferraz, Rute Ferreira, Maria João Silvestre, Carlos Perdiz, Isabel T. Dias, Sónia Gonçalves, Liliana B. Sousa e Mário R. Simões</i>	
20.1. Indicações	335
20.1.1. Dimensões avaliadas	335
20.1.2. População-alvo	335
20.2. História	335
20.3. Fundamentação teórica	337
20.4. Estudos realizados em Portugal	338
20.4.1. Data e objetivos	338
20.4.2. Amostra e metodologia	339
20.4.3. Análise dos itens	339
20.4.4. Resultados relativos à precisão	343
20.4.5. Resultados relativos à validade	343
20.5. Procedimentos de aplicação e correção	346
20.6. Interpretação dos resultados	346
20.7. Avaliação crítica	348
20.7.1. Vantagens	349
20.7.2. Limitações	349
Bibliografia	349
Material	352
Edição e distribuição	352
Contacto com os autores	352

21. Teste de Simulação de Problemas de Memória (TOMM)	353
<i>Mário R. Simões, Liliana B. Sousa, Mónica S. Fonseca, Sara G. Garcia, Joana I. Pinho, Dalila M. Soares, Diana C. Silva, Carla S. Oliveira, Margarida Mota, Filipa S. Maior, Sara S. Jesus, Susete P. Fernandes, Joana Paiva Faustino, Ana P. Cruz, Margarida Barreto, Isabel T. Dias, Carlos Perdiz, Diana Duro, Isabel Santana e Maria Salomé Pinho</i>	
21.1. Indicações	353
21.2. História	353
21.3. Fundamentação teórica	354
21.4. Estudos realizados em Portugal	355
21.4.1. Amostras e estatísticas descritivas	355
21.4.2. Resultados relativos à precisão	359
21.4.3. Resultados relativos à validade	360
21.4.4. Estudos diferenciais	362
21.5. Procedimentos de aplicação e correção	365
21.6. Interpretação dos resultados	366
21.6.1. Ensaio 2 e Ensaio de Retenção	366
21.6.2. Ensaio 1	367
21.7. Avaliação crítica	368
21.7.1. Vantagens	368
21.7.2. Limites e estudos futuros	370
Bibliografia	371
Material	375
Edição e distribuição	375
Contacto com os autores	375
22. Teste de Memória de Rey – 15 Itens (15-IMT)	377
<i>Manuela Vilar, Liliana B. Sousa, Mónica S. Fonseca, Hélder Lages, Sara G. Garcia, Joana I. Pinho, Dalila M. Soares, Carla S. Oliveira, Sara S. Jesus, Susete P. Fernandes, Margarida Barreto, Isabel T. Dias, Carlos Perdiz, Diana Duro, Isabel Santana, Horácio Firmino, Maria Salomé Pinho e Mário R. Simões</i>	
22.1. Indicações	377
22.2. História	378
22.3. Fundamentação teórica	379
22.4. Estudos realizados em Portugal	381
22.4.1. Amostras	381

22.4.2. Resultados relativos à validade	383
22.4.3. Estudos diferenciais	385
22.4.4. Estudos de variáveis clínicas/psicológicas	386
22.5. Procedimentos de administração e correção	388
22.6. Interpretação dos resultados	389
22.7. Avaliação crítica	390
22.7.1. Vantagens	390
22.7.2. Limitações e estudos futuros	391
Bibliografia	392
Material	396
Edição e distribuição	396
Contacto com os autores	396
23. Inventário Estruturado de Simulação de Sintomas (SIMS)	397
<i>Mário R. Simões, Pedro Armelím Almiro, Margarida Mota, Carla S. Oliveira, Filipa S. Maior, Carla Cunha, Ana Filipa Domingues, Joana I. Pinho, Dalila M. Soares, Daniela Almeida, Margarida Barreto, Fernanda Duarte e Isabel T. Dias</i>	
23.1. Indicações	397
23.1.1. Dimensões avaliadas	397
23.1.2. População-alvo	398
23.2. História	398
23.3. Fundamentação teórica	398
23.4. Estudos realizados em Portugal	399
23.4.1. Data e objetivos	399
23.4.2. Amostra e metodologia	399
23.4.3. Resultados relativos à precisão	401
23.4.4. Resultados relativos à validade	402
23.5. Procedimentos de aplicação e correção	408
23.6. Interpretação dos resultados	408
23.7. Avaliação crítica	410
23.7.1. Vantagens e potencialidades	410
23.7.2. Limitações	412
Bibliografia	412
Material	415
Edição e distribuição	415
Contacto com os autores	415

24. Escala de Validade de Sintomas – Versão 2 (EVS-2)	417
<i>Mário R. Simões, Pedro Armelím Almiro, Ana P. Nunes, Carla Cunha, Daniela Almeida, Ana Filipa Domingues, Sarah Ferreira, Joana Paiva, Isabel T. Dias e Isabel Cruz</i>	
24.1. Indicações	417
24.1.1. População-alvo	417
24.2. História	418
24.3. Fundamentação teórica	420
24.4. Estudos realizados em Portugal	421
24.4.1. Data e objetivos	421
24.4.2. Amostra e metodologia	421
24.4.3. Resultados relativos à precisão	423
24.4.4. Resultados relativos à validade	424
24.5. Procedimentos de aplicação e correção	429
24.6. Interpretação dos resultados	430
24.7. Avaliação crítica	432
Bibliografia	433
Material	435
Edição e distribuição	435
Contacto com os autores	435
Índice Remissivo	437

Os Autores

Coordenadores

Mário R. Simões (Coordenador e Autor)

Psicólogo. Doutorado em Avaliação Psicológica e Professor Catedrático na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra (FPCEUC), onde colabora na lecionação de várias unidades curriculares (e.g., Avaliação Psicológica I, Avaliação Neuropsicológica, Instrumentos de Avaliação e Relatórios Psicológicos, Avaliação Psicológica e Perícias Forenses, Estágios e Seminário de Dissertação de Mestrado em Psicologia Forense). Coordenador do Programa de Doutoramento em Neuropsicologia da FPCEUC. Investigador Responsável por vários projetos com financiamento externo (Fundação para a Ciência e Tecnologia – FCT, Fundação Calouste Gulbenkian – FCG, Bial) centrados na adaptação e validação de testes e outros instrumentos de avaliação neuropsicológica para a população portuguesa. Investigador Responsável do Grupo N2CA (*Neuroscience, Neuropsychology and Cognitive Assessment*) do Centro de Investigação do Núcleo de Estudos e Intervenção Cognitivo-Comportamental (CINEICC). Diretor do Laboratório de Avaliação Psicológica e Psicometria (PsyAssessmentLab) da FPCEUC. Responsável pela Consulta de Avaliação Neuropsicológica da FPCEUC, que responde a pedidos de avaliação solicitados por tribunais.

Leandro S. Almeida

Psicólogo. Doutorado em Psicologia, especialidade de Psicologia da Educação, pela Universidade do Porto. Professor Catedrático no Instituto de Educação da UMinho, lecionando unidades curriculares sobre Cognição e Aprendizagem ou Metodologia de Investigação. Coordenador do Observatório dos Percursos Académicos dos Estudantes da UMinho (ObservatoriUM), concentrando a sua investigação maioritariamente no tema de adaptação, desenvolvimento psicossocial e sucesso académico dos estudantes

no Ensino Superior. Autor e coautor de várias provas psicológicas, em uso em Portugal e noutros países de línguas portuguesa e espanhola.

Miguel M. Gonçalves

Psicólogo e psicoterapeuta. Professor Catedrático na Escola de Psicologia da UMinho. Entre 2010 e 2015 foi Editor Associado da Revista *Psychotherapy Research* (Routledge). Tem investigado e publicado sobre o processo de mudança em psicoterapia, estando neste momento a desenvolver um programa de investigação que analisa os processos narrativos associados à mudança em diversos modelos psicoterapêuticos.

Autores

Alberto Pimentel

Licenciado em Psicologia, mestre e doutorando em Criminologia na Faculdade de Direito da Universidade do Porto. Diretor da Delegação Regional de Reinserção do Norte da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais. Docente no Instituto Universitário da Maia.

Alexandra Serra

Licenciada e doutorada em Psicologia do Comportamento Desviante pela Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto (FPCEUP). Professora Auxiliar do Instituto Universitário Ciências da Saúde. Investigadora Convidada no SINCLab da FPCEUP.

Ana Castro

Doutorada em Psicologia pela Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, com tese de doutoramento especializada em Avaliação do Risco de Violência Juvenil. Professora Auxiliar Convidada do Departamento de Criminologia da Faculdade de Direito da Universidade do Porto.

Ana Catarina Ribeiro

Psicóloga. Doutorada em Psicologia, especialidade de Psicologia do Desenvolvimento, pela Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, com a tese intitulada “Sugestionabilidade interrogativa em crianças dos 4 aos 9 anos: estudo normativo com o *Bonn Test of Statement Suggestibility* (BTSS) e análises de variáveis relacionadas com a sugestionabilidade”.

Ana Cristina Neves

Doutorada em Psicologia da Justiça pela Escola de Psicologia da UMinho, com investigação desenvolvida no âmbito da avaliação de risco de reincidência e violência. Técnica Superior de Reinserção Social na Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais,

onde integra a Direção de Serviços de Assessoria Técnica e Execução de Penas na Comunidade. Professora Auxiliar na Licenciatura em Psicologia e no Mestrado em Psicologia Forense e Criminal do Instituto Superior de Ciências da Saúde Egas Moniz.

Ana Filipa Domingues

Mestre em Psicologia, especialidade de Psicologia Clínica e da Saúde, subespecialidade de Psicologia Forense, pela Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.

Ana P. Cruz

Licenciada em Psicologia e mestre em Avaliação Psicológica pela Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra. *Managing Partner* da empresa *Elevus, People & Business Results*.

Ana P. Nunes

Mestre em Psicologia, especialidade de Psicologia Clínica e da Saúde, subespecialidade de Psicologia Forense, pela Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra. Mestre em Psicologia Social e das Organizações no ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa (IUL). Consultora de Recursos Humanos na empresa SHL.

António C. Fonseca

Licenciado em Psicologia pela Universidade de Genebra (Suíça) e doutorado pelo Instituto de Psiquiatria do *King's College* de Londres (Reino Unido). Professor da Faculdade de Psicologia e de Ciências de Educação da Universidade de Coimbra. Grande parte do seu trabalho tem sido dedicado ao estudo do comportamento antissocial em crianças e jovens. O projeto PTDC/PSI-PED/104849/2008 financiou a recolha dos dados deste estudo.

Bruno de Sousa

Doutorado em Estatística (PhD) pela Universidade do Michigan (EUA). Professor Auxiliar na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, onde tem desenvolvido trabalho de investigação e de docência. Destacam-se mais de 40 artigos publicados em revistas internacionais com arbitragem científica, com uma média de citações por artigo de 8.03 e um fator-h de 11. Encontra-se fortemente envolvido na promoção da literacia estatística em projetos de divulgação científica, de que são exemplo a *Radical Estatística* e a *Explorística*.

Carla Cunha

Mestre em Psicologia, especialidade de Psicologia Clínica e da Saúde, subespecialidade de Psicologia Forense, pela Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra. Psicóloga na *Aparecer – Associação para o Desenvolvimento*

Turístico, Económico e Social (Lousada). Membro cooptado da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Lousada.

Carla Machado †

Foi Professora na UMinho e dedicou a sua carreira académica à área de Psicologia da Justiça, tendo investigado temas como a insegurança urbana, a violência na família e a intervenção psicológica com vítimas de crimes. Mais para o fim da sua vida dedicou-se ainda ao estudo da violência de Estado. Foi autora, coautora e coeditora de inúmeros livros, dos quais se destacam, mais recentemente: *Novas formas de vitimação criminal; Vitimologia: Das novas abordagens teóricas às novas práticas de intervenção; Manual de psicologia forense: Contextos, práticas e desafios* (em coordenação com Marlene Matos e Rui Abrunhosa); e *Instrumentos e contextos de Avaliação Psicológica* (Vol. I, em coordenação com Miguel Gonçalves, Leandro Almeida e Mário R. Simões).

Carla Martins

Licenciada em Psicologia pela Universidade do Porto, mestre e doutorada em Psicologia pela Universidade de Reading (Reino Unido). Professora Auxiliar na Escola de Psicologia da UMinho e investigadora do Centro de Investigação em Psicologia (CIPsi), tendo exercido em 2013 e 2014 o cargo de Vice-Presidente da Escola de Psicologia da UMinho. No seu currículo incluem-se a coordenação e participação em vários projetos científicos financiados, a publicação de algumas dezenas de artigos e capítulos de livros, a orientação de três dezenas de dissertações de mestrado e teses de doutoramento, bem como a participação em várias conferências internacionais.

Carla S. Oliveira

Mestre em Psicologia, especialidade de Psicologia Clínica e da Saúde, subespecialidade de Psicologia Forense, pela Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra. Psicóloga no projeto “Elvas + Saúde” (orientado para a prevenção de comportamentos de risco e promoção de estilos de vida saudáveis nas crianças/jovens e famílias), sendo igualmente neste âmbito elemento cooptado da Comissão Restrita da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Elvas. Foi psicóloga clínica em lar de infância e juventude e no Estabelecimento Prisional de Torres Novas e de Beja.

Carlos Perdiz

Licenciado em Psicologia pela Universidade de Coimbra. Fundador do Centro de Apoio Médico Psico-Pedagógico, em 1983. Psicoterapeuta. Psicólogo clínico, responsável pela área forense no Centro Educativo dos Olivais (Lisboa) e, nesta qualidade, orientador institucional de estágios curriculares.

Carolina Dall’Antonia da Motta

Mestre em Psicologia Clínica pela Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, onde se encontra a desenvolver o seu projeto de

Doutoramento. Colaboradora do Centro de Investigação do Núcleo de Estudos e Intervenção Cognitivo-Comportamental (CINEICC). Docente na Universidade dos Açores. A sua área de investigação incide sobre programas de reabilitação em contextos forenses, psicoterapias cognitivo-comportamentais, perturbações da personalidade e perturbações psicóticas.

Catarina Ribeiro

Doutorada em Psicologia pela Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto. Docente na Universidade Católica Portuguesa do Porto – Faculdade de Educação e Psicologia. Perita em Psicologia Forense no Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, I. P. do Porto. Membro do *International Evidence-Based Investigative Interviewing of Children Group* do *National Institute of Child Health and Development* (NICHD). Tem desenvolvido investigação na área de Psicologia Forense.

Celina Manita

Psicóloga. Doutorada em Psicologia, especialidade de Psicologia do Comportamento Desviante. Professora Associada da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto (FPCEUP). Diretora do Gabinete de Estudos e Atendimento a Vítimas (GEAV) da FPCEUP, onde exerce consulta psicológica a vítimas de crime e a agressores/ofensores, em diferentes tipos de crimes e de todas as faixas etárias. Perita forense do GEAV. Tem-se dedicado à docência, à investigação e à formação nas áreas de criminalidade, vitimação, agressão e violência, insegurança urbana, prostituição, usos de drogas e toxicodependências, relações droga-crime. Tem publicado em livros e revistas nacionais e internacionais.

Cristina Soeiro

Doutorada em Psicologia, área de Justiça, pelo Instituto de Educação e Psicologia da UMinho. Especialista Superior na Escola de Polícia Judiciária, desde 1990, responsável pelo Gabinete de Psicologia e Seleção. Coordenadora da Licenciatura em Psicologia e do Mestrado em Psicologia Forense e Criminal no Instituto Superior de Ciências da Saúde Egas Moniz. Perita forense em casos de homicídio, crimes sexuais e casos de violência nas relações de intimidade. Coordena vários projetos de investigação no âmbito da Psicologia Forense e Criminal.

Dalila M. Soares

Mestre em Psicologia, especialidade de Psicologia Clínica e da Saúde, subespecialidade de Psicologia Forense, pela Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra. Psicóloga na Escola Básica e Secundária de São Roque do Pico (Açores).

Daniel Rijo

Psicólogo clínico. Professor Auxiliar na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra nas áreas clínica e forense. Investigador do Centro de Investigação do Núcleo de Estudos e Intervenção Cognitivo-Comportamental (CINEICC) nas áreas de perturbações da personalidade, comportamento antissocial e eficácia das intervenções psicoterapêuticas. Coordenador de projetos de investigação e autor de livros e artigos científicos de circulação nacional e internacional.

Daniela Almeida

Mestre em Psicologia, especialidade de Psicologia Clínica e da Saúde, subespecialidade de Psicologia Forense, pela Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.

Diana C. Silva

Mestre em Psicologia, especialidade de Psicologia Clínica e da Saúde, subespecialidade de Psicologia Forense, pela Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.

Diana Duro

Psicóloga clínica. Mestre em Psicologia Clínica e da Saúde, subespecialidade de Psicogerontologia Clínica, pela Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra. Orientadora institucional de estágios curriculares da especialidade em Psicologia Clínica e da Saúde (Neuropsicologia) no Serviço de Neurologia do Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra. Bolsista de Doutoramento da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra.

Diana Ribeiro da Silva

Psicóloga clínica. Mestre em Medicina Legal pela Universidade do Porto e doutoranda em Psicologia Forense na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra. Investigadora do Centro de Investigação do Núcleo de Estudos e Intervenção Cognitivo-Comportamental (CINEICC) na área de psicopatia. Autora de artigos e capítulos de livros de circulação nacional e internacional.

Ernesto P. Fonseca

Mestre em Psicologia. Professor no Instituto Universitário Ciências da Saúde. Avaliador externo do Projeto Europeu *AllColl* implementado pela Agência Piaget para o Desenvolvimento.

Eva Pinheiro

Mestre em Psicologia, especialidade de Psicologia Clínica e da Saúde, subespecialidade de Psicologia Forense, pela Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.

Fernanda Duarte

Mestre em Psicologia Clínica Cognitivo-Comportamental e Sistémica pela Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra. Especialista (Ordem dos Psicólogos Portugueses) em Psicologia Clínica e da Saúde, Psicoterapia, Psicologia da Justiça e Neuropsicologia. Psicóloga clínica no Serviço de Psiquiatria da Unidade de Psicologia Clínica do Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra. Orientadora institucional de estágios curriculares e da Pós-Graduação da especialidade de Psicologia Clínica e da Saúde.

Filipa dos Santos B. de Carvalho

Mestre em Psicologia Clínica Forense pela Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra e estudante de Pós-Graduação em Neuropsicologia Clínica no Instituto Português de Psicologia. Atualmente desenvolve o seu trabalho em diversas escolas públicas, assegurando funções de avaliação psicológica e acompanhamento de alunos com necessidades educativas especiais.

Filipa S. Maior

Mestre em Psicologia, subespecialidade de Psicologia Forense, pela Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra. Mestre em Economia e Gestão de Recursos Humanos pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto. Responsável de Recursos Humanos na empresa *Viking Cruises Portugal*.

Francisco Navalho

Licenciado em Psicologia, área de Psicoterapia e Aconselhamento, pela Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa e parte curricular do Mestrado em Psicoterapia Cognitiva e Sistémica na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra (ambos pré-Bolonha). Desenvolve a sua carreira profissional há mais de 26 anos na execução de medidas penais na comunidade como Técnico Superior de Reinserção Social, incluindo funções de formador e de dirigente, até à data, na Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais.

Hélder Lages

Mestre em Psicologia, especialidade de Psicologia Clínica e da Saúde, subespecialidade de Psicologia Forense, pela Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.

Horácio Firmino

Psiquiatra. Fundador e Coordenador da Unidade de Gerontopsiquiatria do Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra (1991-2013; 2017-...). Presidente da Associação Europeia de Psiquiatria Geriátrica (2012-2014). Membro da *Board* (2007-2009 e 2013-2014) e da Comissão Executiva da Associação Internacional de Psicogeriatrics (2009-2013).

Professor Convidado de Psicopatologia do Envelhecimento no Curso de Gerontologia Social e do Mestrado de Gerontologia da Escola Superior de Educação de Coimbra.

Iris Almeida

Doutorada em Psicologia pelo ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa (IUL), área de Avaliação de Risco de Feticídio. Professora Auxiliar, Vice-Coordenadora do Mestrado em Psicologia Forense e Criminal e Coordenadora de Estágios no Instituto Superior de Ciências da Saúde Egas Moniz. Investigadora na área de psicologia de género, nomeadamente, em avaliação de risco de violência nas relações íntimas, homicídio e feticídio. Diretora do Gabinete de Psicologia Forense do Laboratório de Ciências Forenses e Psicológicas Egas Moniz. Supervisora Científica do Gabinete de Informação e Atendimento à Vítima (GIAV-DIAP).

Isabel Alberto

Doutorada em Psicologia pela Universidade de Coimbra. Docente da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, com trabalho de investigação, docência e prática clínica de intervenção e avaliação psicológica na área de Psicologia Clínica Forense.

Isabel Cruz

Licenciada em Psicologia pela Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra. Psicóloga na Delegação do Centro do Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, I. P., exercendo funções de perita no serviço de Clínica e Patologia Forense – Unidade de Clínica Forense.

Isabel Santana

Médica Neurologista. Coordenadora da Consulta de Demência do Serviço de Neurologia do Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra. Professora Associada com Agregação da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra.

Isabel T. Dias

Licenciada em Psicologia e mestre em Psicologia Clínica Cognitivo-Comportamental Sistémica pela Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra. Psicóloga clínica no Estabelecimento Prisional de Coimbra (Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais), com funções nas áreas de avaliação e intervenção do tratamento prisional e prestação de cuidados de saúde, gestão do acompanhamento individual de reclusos e, nesta qualidade, orientadora institucional de estágios curriculares.

Joana Flório

Mestre em Psicologia, especialidade de Psicologia Clínica e da Saúde, subespecialidade de Psicologia Forense, pela Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra. Gestora de Projeto de Intervenção Comunitária e em Centro

Educativo, no âmbito da prevenção de comportamentos aditivos e outros comportamentos de risco com jovens nas escolas, na Associação Par – Respostas Sociais (Lisboa).

Joana I. Pinho

Mestre em Psicologia, especialidade de Psicologia Clínica e da Saúde, subespecialidade de Psicogerontologia Clínica, pela Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra. Psicóloga na AMiCIS (Santa Maria da Feira).

Joana Paiva

Mestre em Psicologia Forense pela Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra (FPCEUC). Psicóloga estagiária (Ordem dos Psicólogos Portugueses) na Consulta de Assessoria ao Tribunal do Centro de Prestação de Serviços à Comunidade da FPCEUC.

Joana Paiva Faustino

Mestre em Psicologia, especialidade de Psicologia Clínica e da Saúde, subespecialidade de Psicologia Forense, pela Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra. Profissional de Saúde Mental Forense (*Forensic Mental Health Practitioner*) em Londres (Reino Unido). Membro da *British Psychological Society*.

João Marôco

Doutorado (PhD) em Fisiologia das Plantas e Bioquímica pela Universidade do Estado de Washington (EUA). Professor Associado do Instituto Superior de Psicologia Aplicada – Instituto Universitário de Lisboa (ISPA-IUL), onde leciona disciplinas de estatística, análise de dados e métodos de investigação. Autor de quatro livros de estatística e avaliação e de mais de 250 artigos com revisão por pares.

Jolente De Man

Mestre em Psicologia, especialidade de Psicologia Clínica e da Saúde, subespecialidade de Psicologia Forense, pela Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, com dissertação sobre os traços de psicopatia e a sua relação com a ansiedade. Posteriormente fez parte de um projeto de investigação nas áreas de comportamento antissocial e de psicopatologia de jovens adultos portugueses, usando os dados do estudo longitudinal de Coimbra. Atualmente trabalha em contabilidade.

Jorge Negreiros

Professor Catedrático da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, onde é responsável pelas unidades curriculares de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e Intervenção nos Comportamentos Antissociais e Delinquentes do Mestrado Integrado em Psicologia.

Jorge Quintas

Professor Auxiliar da Faculdade de Direito da Universidade do Porto (FDUP). Diretor da Escola de Criminologia e investigador no Centro de Investigação Interdisciplinar da Escola de Criminologia – Crime, Justiça e Segurança (CJS). Doutorado em Criminologia pela FDUP (Escola de Criminologia), mestre e licenciado em Psicologia, área do Comportamento Desviante, pela Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto. Os seus trabalhos de investigação atuais incluem estudos sobre fatores relacionados com a conformidade com as leis, estudos agregados sobre a aplicação das leis das drogas, avaliação do risco e intervenções reabilitativas com delinquentes e investigação avaliativa em programas de intervenção na violência doméstica.

Jorge Simões

Licenciado em Psicologia pela Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra. Pós-graduado em Psicologia da Justiça pelo Departamento de Psicologia da UMinho. Responsável pela área forense no Centro Educativo do Mondego (Guarda) e, nesta qualidade, orientador institucional de estágios curriculares.

Liliana Barros

Mestre em Psicologia, especialidade de Psicologia Clínica e da Saúde, subespecialidade em Psicologia Forense, pela Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra. Atualmente exerce funções de psicóloga e coordenadora de equipa no Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental Beira Serra – Associação Passo a Passo (Arganil).

Liliana B. Sousa

Mestre em Psicologia e doutorada em Psicologia Forense pela Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra. Membro do PsyAssessmentLab e do Grupo de Investigação N2CA (*Neuroscience, Neuropsychology and Cognitive Assessment*) do Centro de Investigação do Núcleo de Estudos e Intervenção Cognitivo-Comportamental (CINEICC). Psicóloga na Idealmed (Unidade Hospitalar de Coimbra) e no contexto de prática privada. Autora de várias publicações nacionais e internacionais relativas à avaliação (neuro)psicológica em contextos forenses, incluindo a avaliação da capacidade financeira e testamentária de pessoas idosas.

Manuela Vilar

Licenciada e doutorada em Psicologia, especialidade de Avaliação Psicológica, pela Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, na qual é Professora Auxiliar e leciona várias unidades curriculares (e.g., Avaliação Psicológica I; Avaliação Neuropsicológica; Instrumentos de Avaliação e Relatórios Psicológicos; Avaliação e Programas de Reabilitação de Adultos Idosos). Colaboradora da subárea de especialização em Psicologia Forense no âmbito da orientação de estágios curriculares

e de dissertações de Mestrado Integrado. Membro do Laboratório de Avaliação Psicológica e Psicometria (PsyAssessmentLab) e do Grupo de Investigação N2CA (*Neuroscience, Neuropsychology and Cognitive Assessment*) do Centro de Investigação do Núcleo de Estudos e Intervenção Cognitivo-Comportamental (CINEICC).

Margarida Ferraz

Mestre em Psicologia Clínica e da Saúde, subespecialidade de Psicologia Forense, pela Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra. Psicóloga estagiária profissional (Ordem dos Psicólogos Portugueses) na Comunidade Vida e Paz (Fátima).

Margarida Mota

Mestre em Psicologia, área de especialização em Avaliação Psicológica, Aconselhamento e Reabilitação, pela Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra. Pós-graduada em Psicologia Clínica, Cognitivo-Comportamental. Especialista em intervenção em crise, decorrente da experiência profissional e de formação complementar realizada. Psicóloga no Centro de Apoio Psicológico e Intervenção em Crise (CAPIC) do Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM, I. P.).

Margarida Barreto

Licenciada em Psicologia pela Universidade de Coimbra. Trabalha há 18 anos na Delegação do Centro do Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, I. P., exercendo funções de perita no serviço de Clínica e Patologia Forense – Unidade de Clínica Forense.

Maria do Rosário Pinheiro

Licenciada em Psicologia, mestre e doutorada em Ciências da Educação, especialização em Psicologia da Educação, pela Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra (FPCEUC). Professora Auxiliar da FPCEUC. Colaboradora do Centro de Investigação do Núcleo de Estudos e Intervenção Cognitivo-Comportamental (CINEICC). Docente responsável pelo Gabinete de Apoio ao Estudante da FPCEUC.

Maria João Silvestre

Mestre em Psicologia Forense pela Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra. Psicóloga clínica na Associação de Paralisia Cerebral de Coimbra. Atual Diretora Geral da empresa *Balance at Work*.

Maria Salomé Pinho

Licenciada e doutorada em Psicologia pela Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra (FPCEUC). Professora Auxiliar da FPCEUC. Tem lecionado várias unidades curriculares (e.g., Aprendizagem e Memória,

Neuropsicologia do Envelhecimento e Temas de Investigação em Psicologia Forense). Membro do Laboratório de Memória, Linguagem e Funções Executivas e do Grupo de Investigação N2CA (*Neuroscience, Neuropsychology and Cognitive Assessment*) do Centro de Investigação do Núcleo de Estudos e Intervenção Cognitivo-Comportamental (CINEICC). Tem publicado alguns capítulos de livros em português e vários artigos sobre memória em revistas nacionais e internacionais.

Marina Maravilha

Mestre em Psicologia, especialidade de Psicologia Clínica e da Saúde, subespecialidade de Psicologia Forense, pela Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra. Pós-graduada em Intervenção Cognitivo-Comportamental pela Associação Central de Psicologia de Coimbra. Titular do Curso de Formação de Agentes Qualificados que atuam no domínio da violência doméstica e/ou da prevenção ou reabilitação (Técnico de Apoio à Vítima), promovido pela *Tribexpert* e pela Comissão para a Igualdade de Género.

Marta Capinha

Mestre em Psicologia Clínica e da Saúde, especialidade de Intervenções Cognitivo-Comportamentais nas Perturbações Psicológicas e Saúde, pela Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra. Especialista em Psicologia Clínica e da Saúde e em Psicologia da Justiça pela Ordem dos Psicólogos Portugueses. Tem colaborado com o Centro de Investigação do Núcleo de Estudos e Intervenção Cognitivo-Comportamental (CINEICC) em diversos projetos e trabalhos científicos. Desde 2009 tem trabalhado na área de Psicologia da Justiça, sobretudo em reabilitação de agressores. Atualmente exerce funções enquanto coordenadora de estudos clínicos.

Marta Oliveira

Especialista em Psicologia Clínica e da Saúde pela Ordem dos Psicólogos Portugueses. Desde 2001 tem colaborado em diversos projetos da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra. Foi professora no Ensino Superior Politécnico e formadora em várias áreas. Coautora de várias publicações.

M. Inês Ferreira

Mestre em Psicologia, especialidade de Psicologia Clínica e da Saúde, subespecialidade de Psicologia Forense, pela Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra. Responsável pelo Departamento de Recursos Humanos na empresa *Triperu*.

Mónica S. Fonseca

Mestre em Psicologia, especialidade de Psicologia Clínica e da Saúde, subespecialidade de Psicologia Forense, pela Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra (FPCEUC). Especialista Avançada em Psicologia da Justiça pela

Ordem dos Psicólogos Portugueses. Psicóloga nas consultas de assessoria aos tribunais do Centro de Prestação de Serviços à Comunidade (CPSC) da FPCEUC. Pós-graduada em Psiquiatria e Psicologia Forense pelo Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra e pelo Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, I. P.

Olga Cunha

Doutorada em Psicologia da Justiça pela UMinho, tendo realizado investigação na área de intervenção com perpetradores de violência em relações de intimidade. Professora Auxiliar na Universidade Lusíada – Norte (Porto). Psicóloga forense no Gabinete Médico-Legal e Forense do Ave (Guimarães) e no Serviço de Psicologia/Associação de Psicologia da UMinho.

Pedro Armelim Almiro

Doutorado em Psicologia, especialização em Avaliação Psicológica, pela Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra. Membro do Laboratório de Avaliação Psicológica e Psicometria (PsyAssessmentLab) e do Grupo de Investigação N2CA (*Neuroscience, Neuropsychology and Cognitive Assessment*) do Centro de Investigação do Núcleo de Estudos e Intervenção Cognitivo-Comportamental (CINEICC).

Pedro B. Albuquerque

Licenciado em Psicologia pela Universidade do Porto e doutorado também em Psicologia pela UMinho, onde é atualmente Professor Associado no Departamento de Psicologia Básica da Escola de Psicologia. Dirige o Grupo de Investigação em Memória Humana da UMinho, onde investiga vários fenómenos mnésicos, entre os quais se destaca o estudo das distorções mnésicas, do efeito da indução emocional na memória operatória e das ilusões de metamemória.

Pedro Nobre

Psicólogo. Doutorado em Psicologia Clínica pela Universidade de Coimbra e Docente na Universidade do Porto (UP). Responsável pelo Grupo de Investigação em Sexualidade Humana (SexLab) do Centro de Psicologia da UP, onde coordena diversos projetos de investigação na área de sexologia. Atual Presidente da Associação Mundial de Saúde Sexual e ex-Presidente da Sociedade Portuguesa de Sexologia. Tem publicado diversos artigos científicos em revistas internacionais.

Pedro Pechorro

Licenciado em Psicologia pela Universidade de Lisboa. Mestre em Psicopatologia e Psicologia Clínica pelo Instituto Superior de Psicologia Aplicada – Instituto Universitário de Lisboa (ISPA-IUL). Doutorado em Medicina Legal e Ciências Forenses pela Universidade de Lisboa, doutorado em Psicologia pela Universidade de Sevilha (Espanha) e doutorado e pós-doutorado em Psicologia pela Universidade do Algarve. Estudante

de Doutoramento em Psicologia Forense na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra (FPCEUC). Membro do PsyAssessmentLab (FPCEUC). Da sua experiência profissional constam Técnico Superior na Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais e Professor Auxiliar Convidado em diversas instituições do Ensino Superior público e privado. Os seus interesses de investigação incluem delinquência juvenil, psicopatia, psicometria e sexualidade humana.

Renata L. Campos

Mestre em Psicologia, especialidade de Psicologia Clínica e da Saúde, subespecialidade de Psicologia Forense, pela Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação de Universidade de Coimbra.

Ricardo Barroso

Psicólogo. Doutorado em Psicologia e Professor Auxiliar da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, onde ensina métodos de intervenção clínica em contextos de justiça. Mestre em Psicologia Clínica pela UMinho e pós-graduado em Medicina Legal pela Universidade do Porto (UP). Atual Vogal do Conselho de Especialidade em Psicologia Clínica e da Saúde da Ordem dos Psicólogos Portugueses. Membro da Direção da *European Association for Forensic Child & Adolescent Psychiatry and Psychology* (EFCAP) e da *International Association for the Treatment of Sexual Offenders* (IATSO). Investigador integrado no Centro de Psicologia da UP. Autor de publicações no âmbito da violência sexual e intervenção psicológica com agressores.

Rita Dias

Mestre em Psicologia, especialidade de Psicologia Clínica e da Saúde, subespecialidade de Psicologia Forense, pela Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra. Entre março de 2013 e fevereiro de 2014 integrou a equipa multidisciplinar da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Coimbra.

Rosa Saavedra

Licenciada em Psicologia e doutorada em Psicologia da Justiça pela UMinho. Professora Auxiliar Convidada da Escola de Criminologia da Faculdade de Direito da Universidade do Porto. Assessora Técnica da Direção da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), com funções ao nível da gestão técnica e financeira de projetos na área de vitimologia. No domínio da investigação tem-se dedicado à implementação e avaliação de programas de prevenção da violência nos relacionamentos íntimos e colabora em projetos na área de avaliação do risco de revitimação em grupos de vítimas vulneráveis.

Rui Abrunhosa Gonçalves

Mestre em Psicologia do Comportamento Desviante pela Universidade do Porto e doutorado em Psicologia da Justiça pela UMinho, onde é Professor Associado com Agregação. Entre 1998 e 2008 coordenou a Unidade de Consulta em Psicologia da Justiça do

Serviço de Psicologia da UMinho, cargo que retomou em 2012, e onde é também perito de Psicologia Forense. Dedicou-se sobretudo à investigação, avaliação e intervenção junto de ofensores. Tem igualmente coordenado investigações em meio prisional sobre vários temas, incluindo a adaptação à prisão, o tratamento penitenciário, a psicopatia, a criminalidade sexual e a violência conjugal.

Rui Xavier Vieira

Médico Psiquiatra. PhD. Professor Auxiliar da Faculdade de Medicina de Lisboa, onde leciona unidades curriculares de Introdução à Saúde Mental, Psiquiatria e Sexologia Clínica. Autor de capítulos de livros sobre sexualidade humana, esquizofrenia e perturbações delirantes e de 135 comunicações e 65 trabalhos científicos publicados em revistas nacionais e internacionais da especialidade com revisão por pares.

Rute Ferreira

Mestre em Psicologia, especialidade de Psicologia Clínica e da Saúde, subespecialidade de Psicologia Forense, pela Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra. Psicóloga no Linha d'Água – Centro de Recuperação de Álcool e Toxicodependências.

Rute Pires

Psicóloga e psicoterapeuta. Professora Auxiliar da Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa, onde leciona as unidades curriculares de Avaliação Psicológica da Criança e do Adolescente, Avaliação Psicológica do Adulto e Psicologia e Direito. Membro do Grupo de Investigação Psicologia Clínica e da Saúde: Processos de desenvolvimento e mudança do Centro de Investigação em Ciência Psicológica. Atualmente desenvolve investigação na área de personalidade normal e patológica.

Sara G. Garcia

Mestre em Psicologia, especialidade de Psicologia Clínica e da Saúde, subespecialidade de Psicologia Forense, pela Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.

Sara S. Jesus

Mestre em Psicologia, especialidade de Psicologia Clínica e da Saúde, subespecialidade de Psicogerontologia Clínica, pela Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.

Sarah Ferreira

Mestre em Psicologia, especialidade de Psicologia Clínica e da Saúde, subespecialidade de Psicologia Forense, pela Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.

Sónia Gonçalves

Licenciada em Psicologia pela Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto. Assessora Superior de Psicologia Clínica do Hospital Magalhães Lemos (Porto). Perita do Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, I. P. Mediadora de conflitos do Ministério da Justiça.

Susete P. Fernandes

Mestre em Psicologia, especialidade de Psicologia Clínica e da Saúde, subespecialidade de Psicogerontologia Clínica, pela Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.

Suzana Lucas

Licenciada em Psicologia Clínica pela Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra (FPCEUC). Mestre em Sexologia Clínica pela Universidade Lusófona. Pós-graduada em Medicina Legal e doutoranda em Avaliação Psicológica na FPCEUC. Docente no Instituto Piaget, psicóloga clínica no Centro Hospitalar Tondela-Viseu e perita forense no Gabinete Médico-Legal e Forense Dão-Lafões do Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, I. P. Investigadora da RECI (*Research in Education and Community Intervention*) nas áreas de violência e sexualidade.

Teresa Sousa Machado

Doutorada em Psicologia do Desenvolvimento pela Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra (FPCEUC). Professora Auxiliar da FPCEUC, onde leciona disciplinas de Psicologia do Desenvolvimento e História da Psicologia no Mestrado Integrado em Psicologia, na Licenciatura em Serviço Social e no Mestrado Académico em Temas de Psicologia do Desenvolvimento. Subdiretora da FPCEUC entre 2013 e 2015. Autora de publicações nacionais e internacionais sobre Psicologia do Desenvolvimento (e.g., Vinculação e Desenvolvimento Operatório) e História da Psicologia.

Vanessa Videira

Mestre em Psicologia, especialidade de Psicologia Clínica e da Saúde, subespecialidade de Psicologia Forense, pela Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra. Psicóloga na Equipa Redes Locais de Intervenção Social (RLIS) de Gouveia/Manteigas – Fundação D. Laura Santos.

Introdução

Instrumentos de Avaliação em Psicologia Forense: Contributos da investigação para a prática profissional

Mário R. Simões, Leandro S. Almeida e Miguel M. Gonçalves

Este livro temático centrado em **instrumentos de avaliação utilizados em contextos forenses** ilustra bem os progressos assinaláveis da investigação neste domínio de exercício da atividade profissional da Psicologia nos últimos anos, em Portugal. Paralelamente, esta publicação dá continuidade a um projeto de divulgação de testes e outras provas de medida psicológica com estudos de validação no nosso país (Almeida, Machado, Simões, & Gonçalves, 2004; Almeida, Simões, & Gonçalves, 1995; Gonçalves, Simões & Almeida, 2017; Gonçalves, Simões, Almeida, & Machado, 2003; Machado, Gonçalves, Almeida, & Simões, 2011; Simões, Almeida, & Gonçalves, 2014; Simões, Gonçalves & Almeida, 1999; Simões, Machado, Gonçalves, & Almeida, 2007). Nesta introdução faremos uma breve apresentação contextualizada dos instrumentos analisados, sublinhando não só a sua relevância em contextos forenses, como também a importância das investigações com eles realizadas para a prática profissional. Neste projeto editorial, cada instrumento é caracterizado a partir de um conjunto de **rubricas essenciais** que incluem, nomeadamente: a fundamentação teórica; a história; as dimensões avaliadas; a população-alvo; estudos realizados em Portugal (amostras e metodologia; estudos de precisão e validade); a interpretação dos resultados (e.g., normas); uma avaliação crítica (potencialidades e limitações); desenvolvimentos e estudos futuros; e bibliografia centrada na descrição do instrumento ou na delimitação do constructo avaliado.

Desenvolvimento, validação e escolha de instrumentos de avaliação

1. São conhecidas duas **categorizações dos instrumentos de avaliação** que é possível utilizar em contextos forenses. A primeira, proposta por Heilbrun et al. (2003), considera as seguintes categorias: **instrumentos de avaliação forense** (*forensic assessment instruments*), que são específicos e diretamente relevantes para a questão legal; **instrumentos relevantes do ponto de vista legal** (*legally relevant instruments*),

que não são específicos para a questão forense, mas o(s) constructo(s) clínico(s) avaliado(s) é(são) considerado(s) pertinente(s) para responder à questão legal; e, embora não tenham sido originalmente desenvolvidos para responder especificamente às questões legais, **instrumentos tradicionais de avaliação (neuro)psicológica**, que permitem o estabelecimento de perfis de funcionamento cognitivo, emocional, socioafetivo e da personalidade, importantes para a formulação de caso, diagnóstico e tomada de decisão. Mais recentemente, Archer, Stredny e Wheeler (2013) procederam a uma outra distinção que nos parece igualmente aceitável: **instrumentos específicos de avaliação forense** (*specialized forensic instruments*); e **testes tradicionais de avaliação clínica** (*traditional clinical tests*), que podem incorporar quer os instrumentos relevantes em contexto forense, quer os instrumentos ditos tradicionais de avaliação clínica (neuro)psicológica. Os instrumentos apresentados neste livro são instrumentos específicos, relevantes e úteis para a avaliação psicológica forense, e a sua utilização é essencial para responder a muitas das crescentes solicitações colocadas no âmbito do Direito, mas o seu interesse profissional e prático dentro da Psicologia não se circunscreve apenas à área da Psicologia Forense.

2. O **envolvimento em tarefas de desenvolvimento e validação de testes e outros instrumentos de avaliação** constitui uma obrigação dos psicólogos indicada nos *Standards for Educational and Psychological Testing* (American Educational Research Association, American Psychological Association, American Council on Measurement in Education, 2014) e nas *Guidelines on Test Use* da *International Test Commission* (2013). A **escolha e utilização de instrumentos de medida “válidos, atualizados e fundamentados do ponto de vista científico”** constitui um **compromisso profissional, científico e ético dos psicólogos** para responder, em contextos de avaliação psicológica, a processos de tomada de decisão acerca das pessoas. Este dever profissional de participação ativa é sugerido em diretrizes recentes relativas à especialidade de Psicologia Forense, cf., nomeadamente, as diretrizes 9 – Métodos e Procedimentos, 10 – Avaliação e 11 – Comunicação Profissional das *Speciality Guidelines for Forensic Psychology*, desenvolvidas pela *American Psychology-Law Society* e pela *American Academy of Forensic Psychology*, e que foram adotadas pela *American Psychological Association* (2013). A sugestão de colaboração dos psicólogos em tarefas de adaptação e validação de instrumentos é igualmente encontrada em orientações éticas e deontológicas, cf., nomeadamente, o Princípio Específico 4 – Avaliação Psicológica do Código Deontológico dos Psicólogos Portugueses (2011) ou no postulado das diretrizes relativas ao Uso de Testes definidas pela *International Test Commission* (2013), e é compreensível no âmbito do **alargamento/ expansão das atividades de avaliação psicológica a contextos forenses** (e.g., Archer & Wheeler, 2013; Boone, 2013; Grisso, 2003; Melton et al., 2017; Packer

& Grisso, 2011; Russell, 2011; cf., igualmente a título ilustrativo, os 19 livros publicados na série *Best Practices for Forensic Mental Health Assessment*, da *Oxford University Press*, que servem de referência para vários tipos de avaliação psicológica em contextos forenses).

Neste plano, a **escolha dos instrumentos a utilizar nos protocolos de avaliação** deve ser fundamentada em critérios de evidência científica, incluindo neste processo a teoria (a base conceptual dos instrumentos é apresentada na secção **Fundamentação teórica** de cada capítulo deste livro), os parâmetros de natureza psicométrica e de utilidade clínica, bem como considerar a relevância dos seus resultados do ponto de vista legal (cf. American Psychological Association, 2013). Referido de outro modo, e no que interessa destacar: **utilizar a teoria e a investigação** para definir objetivos específicos de avaliação, selecionar constructos a avaliar, métodos e instrumentos (Hunsley & Mash, 2007), considerando critérios de adequação psicométrica (e.g., EFPA, 2013; Nunally & Bernstein, 1994) no contexto de um processo de **avaliação psicológica baseada na evidência** (*evidence based assessment*).

3. Prossequindo no breve enquadramento dos 24 instrumentos de avaliação apresentados neste livro e na demonstração da sua relevância no contexto da Psicologia Forense, recorreremos, para esse efeito, a **investigações empíricas centradas no uso de testes e de outros instrumentos de avaliação em contextos forenses**. Mais especificamente, remetemos para pesquisas que evidenciam “padrões de uso de testes psicológicos entre psicólogos forenses” (Archer, Buffington-Vollum, Stredny, & Handel, 2006), o “uso forense de testes neuropsicológicos” (Lees-Haley, Smith, Williams, & Dunn, 1996), “testes cuja utilização é aceitável em contextos forenses” (Lally, 2003), o “uso de testes psicológicos em avaliações forenses de natureza criminal” (Borum & Grisso, 1995), as “práticas de avaliação forense em psicologia e psiquiatria” (Neal & Grisso, 2014) ou, em registos mais circunscritos, os “testes de validade de sintomas” (Brooks, Ploetz, & Kirkwood, 2016; Dandachi-FitzGerald, Ponds, & Merten, 2013; Martin, Schroeder, & Odland, 2015; McCarter, Walton, Brooks, & Powell, 2009; Sharland & Gfeller, 2007; Slick, Tan, Strauss, & Hultsch, 2004) e os “instrumentos de avaliação do risco de violência” e a sua “eficácia comparativa” (Hurducas, Singh, de Ruiter, & Petrila, 2014; Singh, Grann, & Fazel, 2011; Singh et al., 2014; Viljoen, McLachlan, & Vincent, 2010; Yang, Wong, & Coid, 2010).

De um modo esquemático, aproximativo mas não exclusivo, os 24 instrumentos podem ser divididos em três grandes grupos: psicopatologia, risco de violência e gestão do risco; psicopatologia; e sugestionabilidade, deseabilidade social, esforço insuficiente, exagero de sintomas e simulação.

Psicopatia, risco de violência e gestão do risco

4. A preocupação com a proteção de pessoas e comunidades torna incontornável a avaliação do risco (de violência e/ou reincidência) e o desenvolvimento de instrumentos de avaliação do risco. Existem mais de 400 instrumentos de avaliação do risco desenvolvidos para prever a possibilidade de violência futura, ofensas sexuais e recidiva em geral (Singh, 2016). Um número significativamente reduzido de instrumentos é objeto de investigação mais sistemática e usado em protocolos de avaliação na prática profissional. Importa, assim, saber escolher quais os instrumentos a utilizar, nomeadamente com base em dados de investigação empírica, considerando as características das suas pontuações. Tanto mais que deste número mais restrito de instrumentos nenhum deles é considerado substantivamente melhor/mais rigoroso do que os outros (Yang et al., 2010).
5. Neste plano, o presente livro inclui instrumentos de avaliação de **psicopatia, risco de violência e gestão do risco** que são, simultaneamente, dos mais representativos, dos mais utilizados na prática profissional e dos mais citados nas pesquisas centradas em testes e noutros instrumentos. Listamos, de seguida, os instrumentos que constituem este tópico neste livro e cuja relevância é (bem) sublinhada em diferentes investigações centradas no “uso de instrumentos de avaliação psicológica em contextos forenses”: Escala de Psicopatia de Hare – Versão Revista (PCL-R) (cf. Borum & Grisso, 1995; Hurducas et al., 2014; Lally, 2003; Neal & Grisso, 2014; Singh et al., 2011; Singh et al., 2014; Viljoen et al., 2010; Yang et al., 2010); Escala de Psicopatia de Hare: Versão Jovens (PCL:YV) (cf. Archer et al., 2006); o Guião de Avaliação Histórica, Clínica e de Gestão do Risco Versão 2 (HCR-20) (cf. Hurducas et al., 2014; Singh et al., 2011; Singh et al., 2014; Viljoen et al., 2010; Yang et al., 2010); Avaliação Estruturada de Fatores de Proteção para o Risco de Violência (SAPROF) (cf. Singh et al., 2014); Guia de Avaliação de Risco de Violência Conjugal (SARA) (cf. Singh et al., 2011; Viljoen et al., 2010; Yang et al., 2010); Avaliação Estruturada do Risco de Violência em Jovens (SAVRY) (cf. Singh et al., 2011; Viljoen et al., 2010); Inventário de Avaliação do Risco de Reincidência e de Gestão de Caso para Jovens (YLS/CMI) (cf. Viljoen et al., 2010); Inventário de Nível de Supervisão/Gestão de Caso (LS/CMI) (cf. Neal & Grisso, 2014; Viljoen et al., 2010); e Protocolo de Avaliação de Jovens Agressores Sexuais-II (J-SOAP-II) (cf. Viljoen et al., 2010).

Estes instrumentos integram-se nas duas **perspetivas mais atuais na avaliação do risco de violência** (Singh, 2016; cf., igualmente, Faust & Ahern, 2012), a seguir brevemente caracterizadas. Estas perspetivas – a **avaliação atuarial** (*actuarial assessment*) e o **juízo profissional estruturado** (*structured professional judgement*)

ênfataz fatores de proteção e de risco dinâmicos/modificáveis (proximais, e.g., fatores sociais, situacionais e psicológicos, emprego, necessidades criminógenas dos ofensores – que constituem potenciais áreas de intervenção no sentido da redução do risco e da prevenção de reincidência) e de natureza estática/não modificáveis (presentes em registros médicos e criminais, como condenações anteriores, antecedentes familiares, inteligência, comportamento antissocial anterior) que a investigação e a teoria sugerem como preditores de comportamentos de risco (e.g., violência).

A **avaliação atuarial**, realizada no contexto de um processo de tomada de decisão, envolve o recurso a instrumentos muito estruturados (Grove, Zald, Lebow, Snitz, & Nelson, 2000) e a combinações de variáveis preditoras de risco, operacionalizadas e empiricamente determinadas (e.g., Quinsey, Harris, Rice, & Cormier, 2006). Com base em juízos fundados em metodologias estatísticas (e.g., algoritmos obtidos a partir de regressão logística; curvas ROC (*Receiver Operating Characteristic*); pontuações de risco baseadas em pontos de corte estatisticamente fundamentados, como é o caso do somatório de fatores de risco em grupos de referência que são usados como normas), os instrumentos de avaliação do risco atuariais são instrumentos estruturados que evidenciam associações na predição de acontecimentos adversos de interesse, como é o caso da taxa esperada de recidiva. Dados quantitativos (pontos de corte) são usados como preditores estatísticos relativamente a estimativas probabilísticas de risco de reincidência/violência. Dificuldades apontadas a esta abordagem incluem a aplicação/generalização dos dados relativos aos grupos (e.g., taxa esperada de recidiva) a casos individuais (Hart, Michie, & Cook, 2007), a comunicação acessível de resultados (e.g., percentis, rácios de risco relativo, intervalos de confiança) e a ênfase em fatores de risco e estáticos em detrimento de fatores protetivos e dinâmicos (Rettenberg & Craig, 2017). Instrumentos de avaliação atuarial referenciados com capítulos autónomos nesta obra incluem o Inventário de Nível de Supervisão/Gestão de Caso (LS/CMI), o Inventário de Avaliação do Risco de Reincidência e de Gestão de Caso para Jovens (YLS/CMI) e a Escala de Psicopatia de Hare – Versão Revista (PCL-R) – instrumento não desenvolvido originalmente para a avaliação do risco, mas que revisões da literatura indicam com valor preditivo de comportamentos ofensivos futuros (Leistico, Salekin, DeCoster, & Rogers, 2008).

A segunda perspetiva remete para o **juízo profissional estruturado** e é sustentada, frequentemente, no juízo clínico – o termo “profissional” designa a possibilidade de envolvimento de profissionais não clínicos que fazem avaliações de risco de violência (Kropp & Hart, 2000) – e está mais focada nos casos individuais do que em grupos. As pontuações servem como orientação, guia ou referência na formulação de juízos de categorias de risco (e.g., elevado, moderado, baixo). Nesta

abordagem, os juízos relativos a categorias de risco combinam, de forma integrada, as pontuações nos instrumentos e a informação específica relativa ao caso, obtida no processo de avaliação, e valorizam a experiência clínica do profissional. As pontuações totais, de natureza quantitativa, constituem um elemento importante, mas secundário (i.e., não são utilizados pontos de corte), no processo de integração da informação relativa aos fatores de risco e proteção e de formulação relativa ao risco de reincidência/violência. Os instrumentos de avaliação associados à abordagem **juízo profissional estruturado** referenciados neste livro compreendem: a Avaliação Estruturada do Risco de Violência em Jovens (SAVRY), a Avaliação Estruturada de Fatores de Proteção para o Risco de Violência (SAPROF), o Guia de Avaliação de Risco de Violência Conjugal (SARA), o Protocolo de Avaliação de Jovens Agressores Sexuais-II (J-SOAP-II) ou o Guião de Avaliação Histórica, Clínica e de Gestão do Risco Versão 2 (HCR-20).

A validade preditiva da abordagem e dos instrumentos associados ao Juízo Profissional Estruturado não é significativamente diferente da abordagem e dos instrumentos atuariais (Fazel, Singh, Doll, & Grann, 2012). Estes instrumentos de avaliação do risco combinam frequente múltiplos tipos de itens que remetem para fatores de risco (HCR-20, LS/CMI, SAVRY), fatores de proteção (SAPROF, SAVRY), fatores estáticos, não modificáveis (PCL-R; HCR-20, LS/CMI, SAPROF, SAVRY), e fatores dinâmicos, modificáveis (PCL-R, HCR-20, LS/CMI, SAPROF, SAVRY).

Uma terceira aproximação identificada como **juízo clínico não estruturado** (*unstructured clinical judgment*) é de natureza “informal (subjetiva, impressionista)” (Grove & Meehl, 1996), fundamentada numa lógica idiográfica e centrada no comportamento do indivíduo ofensor e no contexto de risco, e enfatiza a experiência e as competências clínicas do examinador. O juízo clínico não estruturado é formulado no âmbito de um processo de avaliação simultaneamente sem recurso a instrumentos de avaliação de risco, associado a enviesamentos e a menores fiabilidade e validade preditiva (Litwack & Schlesinger, 1999).

De forma aproximada, e seguindo as indicações dos autores, os instrumentos de avaliação do risco apresentam objetivos originais e grupos de destinatários relativamente diferenciados: risco de violência (HCR-20, SAVRY, SAPROF); predição da violência em adultos pacientes psiquiátricos e grupos forenses (HCR-20); violência conjugal (SARA); risco de reincidência de ofensores em geral (LS/CMI); ofensores violentos e ofensores sexuais (SAPROF); pacientes psiquiátricos e ofensores (HCR-20); e populações forenses (PCL-R).

6. A validade preditiva das pontuações nestes instrumentos tem sido documentada: no PCL-R, relativamente aos ofensores sexuais (Hawes, Boccaccini, & Murrie,

2013); no LS/CMI, no que diz respeito à recidiva geral em transgressores adultos (Olver, Stockdale, & Wormith, 2014); e no SAVRY e no YLS/CMI, relativamente à ocorrência de novos comportamentos transgressivos, explicados pelos fatores/escalas de risco dinâmicos mas não pelos fatores/escalas de risco estáticos (Perrault, Vincent, & Guy, 2017). Relativizando as conclusões destes estudos, Boccaccini (2017) adverte para a **necessidade de mais estudos acerca da validade preditiva das interpretações**, habitualmente formuladas a partir das pontuações obtidas nos instrumentos avaliação do risco.

7. A psicopatia é, reconhecidamente, um constructo importante na caracterização de traços de personalidade que é também considerado relevante na avaliação e gestão do risco criminal. Os três instrumentos a seguir apresentados neste livro foram igualmente delineados a partir do PCL-R, procurando ultrapassar dificuldades associadas ao processo demorado e dispendioso de administração deste último instrumento (necessidade de uma entrevista exaustiva, da recolha de informações colaterais). Para contornar esses obstáculos foram sendo desenvolvidos vários instrumentos de autorrelato da psicopatia. É o caso do Inventário de Traços Psicopáticos em Adolescentes (YPI), um instrumento de autorrelato para adolescentes que reflete a estrutura do PCL-R, e cuja estrutura fatorial identificada foi recentemente corroborada por um outro estudo português (cf. Simões, Lopes, & Gonçalves, 2016). Relativamente ao YPI, importa não apenas assinalar a introdução de uma nova (sub)escala desenvolvida para identificar protocolos potencialmente inválidos resultantes de processos de distorção das respostas (incluindo respostas aleatórias ou que traduzem falta de cuidado; Penson et al., 2017), mas também reconhecer insuficiências identificadas (o YPI não prognostica com rigor infrações futuras, limitando a sua utilização como instrumento de avaliação do risco) (cf. Colins et al., 2017). Por sua vez, o Inventário de Traços Calosos/Insensibilidade Emocional (ICU) tem como objetivo avaliar a presença de traços calosos/insensibilidade emocional (ausência de culpabilidade, falta de empatia). Estes traços, que definem um estilo interpessoal, remetem para características afetivas da psicopatia, são associados à manifestação posterior de comportamentos antissociais na idade adulta (agressividade, violência) e justificam uma intervenção psicoterapêutica individual mais ativa. Finalmente, os resultados problemáticos da investigação portuguesa realizada no âmbito de um estudo longitudinal em amostras da comunidade e forenses com as versões longa e breve da Escala de Autoavaliação da Psicopatia (SRP-III) ilustram a necessidade de implementar novos estudos antes de ser possível a sua utilização em contextos clínicos e forenses (para uma análise de resultados mais satisfatórios, cf. Gordts, Uzieblo, Neumann, van den Bussche, & Rossi, 2017).
8. Um tipo específico de violência – a **violência no namoro** – constitui um problema cada vez mais reconhecido e com impacto na saúde física e mental de adolescentes

e jovens. Neste livro são apresentadas investigações com dois instrumentos: a Escala de Atitudes relativas à Violência no Namoro (EAVN) e o Inventário de Conflitos nas Relações de Namoro de Adolescentes – versão portuguesa (CADRI-P). Estes instrumentos correspondem igualmente às adaptações portuguesas de dois dos instrumentos internacionalmente mais usados neste domínio: *Attitudes Towards Dating Violence Scales* e *Conflict in Adolescent Dating Relationships Inventory* (cf., respetivamente, Exner-Cortens, Gill, & Eckenrode, 2016a, 2016b). Importa sublinhar que o CADRI-P é um instrumento que inclui mais itens resultantes da revisão da literatura, bem como uma nova subescala (ciberviolência), e que tem utilidade para a intervenção, uma vez que identifica estratégias usadas enquanto vítima e/ou agressor.

Psicopatologia

9. Dois instrumentos de **avaliação da psicopatologia em adolescentes** são igualmente apresentados nesta publicação. O Instrumento de Avaliação da Saúde Mental de Jovens de Massachusetts – Versão 2 (MAYSI-2) é um dos instrumentos mais usados no rastreio da psicopatologia e das necessidades de saúde mental de adolescentes institucionalizados (cf. Viljoen et al., 2010), cuja estrutura de sete fatores apresenta consistência em diferentes investigações (cf. Russell, Marsee, & Ryals Jr., 2017). O Inventário de Avaliação de Esquemas por Cenários Ativadores – Comportamento Antissocial (IAECA-CA) é um instrumento desenvolvido com base no Questionário de Esquemas de Young (YSQ-S3) e na metodologia desenvolvida para avaliação de Esquemas Mal-adaptativos Precoces (EMP), que proporciona um indicador global de psicopatologia e permite identificar áreas de disfuncionalidade em termos de processamento de informação e ativação emocional, identificando e quantificando essas mesmas cognições e emoções.

Esforço insuficiente, exagero de sintomas, simulação, desejabilidade social, sugestibilidade

10. Um outro conjunto de instrumentos remete para o tópico dos **estilos de resposta** cuja relevância é crescentemente reconhecida no contexto do exame da validade do processo de avaliação (neuro)psicológica. A designação ampla “estilos de resposta” inclui aqui: a desejabilidade social (enviesamento de resposta positivo); o esforço (cognitivo) insuficiente, identificado através de Testes de Validade de Desempenhos (TVD); e o exagero de sintomas (psicopatológicos), detetado através

de Testes de Validade de Sintomas (TVS). Comumente usados na avaliação da simulação (*malingering*), os TVD e os TVS são também cada vez mais utilizados no exame da credibilidade e rigor da avaliação (neuro)psicológica em geral e dos resultados obtidos em outros testes e instrumentos de avaliação em particular. Neste plano, as investigações relativas aos testes mais usados nos protocolos de avaliação (neuro)psicológica evidenciam bem a importância de três outros instrumentos apresentados neste livro, mais especificamente: o Teste de Simulação de Problemas de Memória (TOMM), que surge quase sempre em primeiro lugar em todas as pesquisas centradas na identificação dos instrumentos de simulação mais usados (cf. Archer et al., 2006; Borum & Grisso, 1995; Lally, 2003; Lees-Haley et al., 1996; Martin et al., 2015; McCarter et al., 2009; Neal & Grisso, 2014; Sharland & Gfeller, 2007; Slick et al., 2004); o Teste de Memória de Rey – 15 Itens (15-IMT), que é outro teste igualmente bastante citado (cf. Archer et al., 2006; Borum & Grisso, 1995; Lally, 2003; Lees-Haley et al., 1996; Martin et al., 2015; McCarter et al., 2009; Neal & Grisso, 2014; Sharland & Gfeller, 2007; Slick et al., 2004); e o Inventário Estruturado de Simulação de Sintomas (SIMS), que é o instrumento de autorrelato de avaliação da validade de sintomas (*self-report validity test*) orientado para o exame dos comportamentos de simulação e de exagero de sintomas psicopatológicos (enviesamento de resposta negativo) mais utilizado por (neuro)psicólogos europeus (Dandachi-FitzGerald et al., 2013) e norte-americanos (Martin et al., 2015). Com os mesmos objetivos do SIMS, a Escala de Validade de Sintomas – Versão 2 (EVS-2) é um instrumento revisto, originalmente desenvolvido em Portugal, que dispõe de uma nova versão e pretende constituir um complemento adicional ao SIMS.

11. Estes instrumentos têm como objetivo o **exame da validade** (confiança, credibilidade) **dos resultados da avaliação (neuro)psicológica** através da análise dos desempenhos observados [respostas a testes (neuro)psicológicos] e dos sintomas comunicados (respostas a técnicas e instrumentos de autorrelato como entrevistas e inventários) e deve constituir parte integrante e uma rotina das avaliações (neuro)psicológicas em contextos clínicos e forenses, como o atestam diretrizes da *Association for Scientific Advancement in Psychological Injury and Law*, da *National Academy of Neuropsychology* e da *American Academy of Clinical Neuropsychology* (cf. Bush, Heilbronner, & Ruff, 2014; Heilbronner et al., 2009). Assim, esforço insuficiente, exagero de sintomas e simulação são constructos associados ao desempenho cognitivo ou à comunicação de sintomas psicopatológicos não credíveis, e a não inclusão de instrumentos orientados para o exame destes constructos no processo avaliação deve ser justificada (cf. Larrabee, 2007). A manifestação de comportamentos de simulação, que é frequente nos contextos forenses, pode incluir, nomeadamente: a **simulação** propriamente dita, que consiste na produção intencional de

sinais e sintomas psicológicos ou físicos, falsos ou exagerados, motivados por um incentivo externo que a avaliação deve identificar (*fake bad*), cf. DSM-5 (American Psychiatric Association, 2014, p. 870); o **esforço insuficiente**, que reflete o desempenho significativamente reduzido em comparação com os padrões de desempenho esperados para determinadas perturbações/condições clínicas; e a **defensividade**, o oposto da simulação, que consiste na distorção deliberada de sintomas psicológicos ou físicos, por ocultação, com o intuito de mostrar um funcionamento psicológico mais ajustado e, como tal, uma imagem positiva de si próprio (*fake good*) (Rogers & Bender, 2013). Nos contextos forenses, a manifestação de comportamentos de simulação está relacionada com os incentivos externos, que representam poderosos motivadores na determinação do comportamento e podem comprometer a validade das informações, nomeadamente: no âmbito civil, onde o examinando procura exacerbar a sintomatologia com o intuito de obter compensações financeiras e benefícios por incapacidade; e, no âmbito penal, onde o examinando procura evitar a responsabilidade criminal e ver atenuada a sua condenação. Nos contextos clínicos, a sua manifestação está relacionada com os ganhos secundários que o examinando pode obter, nomeadamente ao reforçar a sua “condição de doente” para captar a atenção do psicólogo ou para o manipular (Rogers & Bender, 2013).

12. Por sua vez, a Escala de Desejabilidade Social de 20 Itens (EDS-20) pretende identificar atitudes pessoais e comportamentos socialmente desejáveis, variáveis igualmente importantes na caracterização do perfil de personalidade e no exame da validade (sinceridade/honestidade) das respostas. A **desejabilidade social** pode constituir uma explicação para a correlação reduzida entre medidas de autorrelato com a história dos comportamentos problemáticos ou com a informação comunicada por outros informadores.
13. Ainda com ligação à questão dos estilos de resposta está a variável **sugestionabilidade interrogativa**, que aqui é analisada a partir das investigações com dois instrumentos de referência neste âmbito: as Escalas de Sugestionabilidade de Gudjonsson (GSS1 e GSS2) e o Teste de Sugestionabilidade das Afirmações de Bona (TSAB) (para uma análise comparativa, cf. Roma, Sabatello, Verrastro, & Ferracuti, 2011). A sugestionabilidade pode ter um efeito prejudicial na tarefa de evocação a partir da memória e tornar os indivíduos mais vulneráveis à informação incorreta. A sua avaliação em contexto forense possibilita a identificação de sujeitos mais permeáveis à sugestão e à pressão interpessoal, o que pode contribuir para a ocorrência de falsas confissões (e.g., suscetibilidade das crianças e outras pessoas mais vulneráveis à informação incorreta e/ou à tensão colocada pelas entrevistas investigativas, interrogatórios policiais e situações de testemunho em tribunal). Por isso, a Sugestionabilidade Interrogativa constitui uma variável relevante a considerar nas

entrevistas a suspeitos e a testemunhas suscetíveis de relatarem, de forma inexata, acontecimentos presenciados.

14. As **entrevistas** desempenham um papel essencial em avaliação psicológica forense. Muitos dos instrumentos de avaliação do risco aqui apresentados incluem o recurso a entrevistas estruturadas ou semiestruturadas (e.g., PCL-R, PCL:YV, HCR-20, SAPROF, SARA, J-SOAP-II, YLS/CMI, LS/CMI). Estes instrumentos são completados também com base nas informações de entrevistas ao ofensor, à família e a outras fontes colaterais de dados relevantes. Outros instrumentos (e.g., YPI, SRP-III, ICU, CADRI-P, MAYSI-2, SIMS, EVS-2, EDS-20) podem ser também administrados em contexto de entrevista. O Protocolo de Entrevista Forense do NICHD é outro instrumento ou técnica de referência apresentado nesta publicação. Tem como objetivo diminuir a sugestibilidade interrogativa e aumentar a informação exata, melhorando a validade dos dados obtidos no contexto de entrevista junto de crianças e adolescentes alegadamente vítimas de abuso sexual ou que constituem testemunhas vulneráveis. Baseado na investigação desenvolvimental na área da memória e da comunicação, este protocolo é o que tem sido objeto de mais investigação e o que apresenta maiores fiabilidade e validade (Benia, Hauk-Filho, Dillenberg, & Stein, 2015). Comparativamente ao outro protocolo bem conhecido – o “Memorando das Boas Práticas” (MoGP) –, o Protocolo de Entrevista Forense do NICHD é mais estruturado, apresenta maior número de orientações (Ahern & Lamb, 2017) e responde à necessidade de implementação de protocolos de entrevistas estruturadas validadas (cf., igualmente, Peixoto et al., 2017).

Instrumentos de avaliação: relevância, atualidade e programas de validação para a população portuguesa

15. A **relevância, representatividade e atualidade dos instrumentos** apresentados é adicionalmente corroborada noutros registos. Por um lado, a maior parte dos instrumentos corresponde a **adaptações de instrumentos desenvolvidos internacionalmente e com trabalhos de investigação/validação clínica forense em numerosos países**. Três instrumentos foram **originalmente desenvolvidos em Portugal** (IAECA-CA, EDS-20, EVS-2). Por outro lado, vários instrumentos correspondem a **versões revistas**, isto é, objeto de modificação e aperfeiçoamento a partir de versões prévias (e.g., PCL-R, HCR-20, SRP-III, J-SOAP-II, CADRI-P, MAYSI-2, EDS-20, EVS-2, 15-IMT), demonstrando não só continuidade e sistematicidade nos trabalhos de investigação, bem como preocupações de atualização. Três dos instrumentos aqui analisados dispõem de **novas versões** – HCR-20V3 (Douglas, Hart, Webster, & Belfrage, 2013), SARA-V3 (Kropp & Hart, 2015) e YLS/CMI 2.0 (Hoge

& Andrews, 2011) –, concretizando assim, de outro modo, a ideia de que o trabalho de aperfeiçoamento e validação dos instrumentos de avaliação constitui uma tarefa interminável (cf. American Educational Research Association et al., 2014).

16. **Os instrumentos apresentados neste livro foram já objeto de um programa e trabalho sistemáticos de validação** no nosso país. Esse trabalho compreendeu quase sempre estudos empíricos de natureza diversa: adaptação; análise dos itens (no âmbito da Teoria Clássica dos Testes ou da Teoria de Resposta ao Item); fiabilidade (consistência interna, acordo entre diferentes codificadores e, mais raramente, estabilidade temporal dos resultados); validade (conteúdo, preditiva, convergente, discriminante para além de análises fatoriais, essenciais na identificação da estrutura dos instrumentos); e dados de natureza normativa, incluindo pontos de corte necessários para a interpretação de resultados. Alguns destes tipos de estudo merecem uma breve referência, como é o caso dos estudos relativos ao **acordo intra e interavaliadores/codificadores** em vários instrumentos (e.g., HCR-20, SAVRY, SAPROF, J-SOAP-II, YLS/CMI), de um modo geral, com valores adequados. A relevância deste tipo de análise psicométrica relativa à fiabilidade é tanto mais decisiva quando se reconhece a existência de um acordo relativamente reduzido no que se refere a algumas condições diagnósticas (cf. Gowensmith et al., 2017). O estudo de Blais, Forth e Hare (2017) é bem ilustrativo da importância deste tipo de análise ao evidenciar no PCL-R um acordo interavaliadores bom (na pontuação total, nos fatores e na avaliação de casos com grau elevado de psicopatia), mas um acordo reduzido (nos itens individuais e nos casos com pontuações baixas ou médias). Os estudos de análise fatorial são igualmente importantes porque contribuem para definir a estrutura conceptual dos instrumentos e para validar níveis de análise e interpretação mais diferenciados dos resultados nos instrumentos. Em vários capítulos constata-se a existência de estudos que identificam **diferentes estruturas fatoriais propostas para um mesmo instrumento** (e.g., PCL-R, PCL-YV, SPR-III). Um outro problema remete para a **natureza aproximativa dos pontos de corte** (e.g., com indicações específicas sugestivas de precaução no caso do PCL-R, com reservas muito acentuadas no caso do SIMS). Apesar de se tratar de um instrumento muito utilizado internacionalmente, a diversidade de pontos de corte indicados na literatura para o SIMS evidencia bem as limitações graves do recurso a um único instrumento (neste caso, o exame da simulação ou exagero de sintomas psicopatológicos). Ainda que mais mitigado, o mesmo tipo de advertência é formulado para o uso de outros instrumentos mais consolidados (e.g., PCL-R). Neste plano, vale a pena referir, no PCL-R, a importância reconhecida de definir pontos de corte com base em amostras mais representativas (cf. Balsis, Busch, Wilfong, Newman, & Edens, 2017, para uma interessante análise do valor interpretativo dos diferentes itens e pontuações).

Investigadores, instituições e amostras

17. O **perfil dos autores dos capítulos (e dos estudos de validação dos instrumentos para a população portuguesa)** é diversificado, compreendendo investigadores, profissionais e docentes das áreas de Psicologia Forense/Psicologia da Justiça e Criminologia. Mais especificamente, os autores trabalham em **instituições** diversificadas que abrangem sobretudo faculdades, escolas e departamentos de Psicologia e Criminologia de várias instituições universitárias públicas – Universidades de Coimbra, Minho, Porto, Lisboa, Trás-os-Montes e Alto Douro; dos Açores –, instituições privadas – Instituto Superior de Psicologia Aplicada, Instituto Superior de Ciências da Saúde Egas Moniz –, instituições na área da Justiça – e.g., Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, Centros Educativos, Estabelecimentos Prisionais, Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, Associação Portuguesa de Apoio à Vítima – e, mais pontualmente, serviços hospitalares (de Neurologia e Psiquiatria).
18. A maior parte das **amostras de validação** destes instrumentos foi recolhida nestas instituições e serviços. Alguns instrumentos incluem igualmente estudos realizados com amostras da comunidade. As **amostras usadas nos estudos de validação dos instrumentos são diversificadas: amostras forenses** (e.g., grupos especiais, nomeadamente adolescentes e jovens em situação de acolhimento, quer por medida tutelar educativa em Centros Educativos do Ministério da Justiça, quer por medida de promoção e proteção em instituições sociais; adultos reclusos em estabelecimentos prisionais; mulheres vítimas de violência conjugal; grupos específicos como ofensores em cumprimento de penas/medidas na comunidade, ofensores em liberdade condicional, ofensores a cumprir uma pena de prisão suspensa); **amostras clínicas** (ofensores psiquiátricos internados; grupos com declínio cognitivo ligeiro – DCL – ou com doença de Alzheimer); **amostras da população geral/comunidade** (e.g., pessoas da comunidade).
19. Alguns instrumentos são destinados e foram estudados junto de **grupos etários** específicos. Outros instrumentos disponibilizam estudos com diferentes grupos de idade. Assim, temos neste livro estudos de validação de instrumentos em: crianças (TSAB/BTSS); crianças e adolescentes (Protocolo de Entrevista Forense do NICHHD); adolescentes/jovens (PCL:YV, YPI, ICU, SAVRY, J-SOAP-II, YLS/CMI, CADRI-P, EAVN, MAYSI-2, IAECA-CA, EDS-20); adultos (PCL-R, SAPROF); adultos e adultos idosos (GSS1 e GSS2, SIMS); adultos e idosos (HCR-20, SARA, LS/CMI, SRP-III, EDS-20, EVS-2); e crianças, adultos e idosos (TOMM, 15-IMT).

As investigações portuguesas referentes a estes instrumentos são de um modo geral recentes (2008-2016). A única exceção é relativa ao PCL-R que tem estudos mais prolongados no tempo (1999 e 2014).

Implicações para a prática profissional da investigação com os instrumentos de avaliação

20. São bem conhecidos os **problemas resultantes na utilização isolada de um único instrumento** em avaliação psicológica. Neste plano, a indicação das **limitações** ou insuficiências dos instrumentos constitui uma outra rubrica de resposta obrigatória em cada capítulo, cujo reconhecimento consta igualmente do Código Deontológico dos Psicólogos Portugueses (2011) e das diretrizes da *American Psychological Association* (2013), a qual pode ser analisada considerando linhas orientadoras para interpretar o valor psicométrico dos instrumentos (e.g., EFPA, 2013). Alertar e saber (re)conhecer as insuficiências e fragilidades dos instrumentos constitui uma exigência incontornável num contexto de avaliação psicológica e tomada de decisão acerca das pessoas. Recomendamos a leitura atenta desta rubrica (limitações) relativa a cada instrumento. Neste plano, e a título ilustrativo, importa identificar o risco de falsos positivos (erros de predição), os “diagnósticos probabilistas/atuariais” de risco relativamente a “diagnósticos binários” e a “diagnósticos categoriais” (cf. Williams, Wormith, Bonta, & Sitarenios, 2017). Por exemplo, no caso do PCL:YV, a investigação de Shepherd e Strand (2016) conclui que as pontuações neste instrumento não diferenciam jovens com comportamento antissocial não psicopatas e potencialmente psicopatas, reincidentes e não reincidentes, e a investigação de Cauffman, Skeem, Dmitrieva e Cavanagh (2016) adverte para a instabilidade das pontuações e a conseqüente dificuldade na tomada de decisões de natureza legal.

Uso de instrumentos no contexto de um processo rigoroso de avaliação

21. Não existem instrumentos perfeitos qualquer que seja o ponto de partida (psicométrico, clínico ou forense) da análise. Neste plano, rubricas obrigatórias muito importantes em cada um dos capítulos – limitações, desenvolvimentos e estudos futuros – têm implicações para a interpretação de resultados nos instrumentos e justificam alguns comentários. Um problema identificado é o de uma **instabilidade relativa da estrutura fatorial de alguns instrumentos** (PCL-R, PCL:YV, YPI, SRP-III) quando se cotejam dados obtidos nas investigações portuguesas com pesquisas internacionais (e igualmente entre estas últimas).

Por outro lado, é indispensável pensar a utilização de cada um destes instrumentos no contexto de **avaliações compreensivas**. Estas supõem o recurso quer a diferentes **instrumentos e métodos de avaliação**, quer a distintos **interlocutores e**

fontes de informação, e a articulação/integração dos dados obtidos dessa forma no processo de tomada de decisão (conclusões, interpretação/formulação do caso) (cf. diretrizes da *American Psychological Association*, 2013). Esta ideia é sublinhada, por exemplo, no caso de instrumentos de avaliação do risco face a registos incompletos ou com omissões dos ficheiros individuais, mesmo para instrumentos de referência, com mais utilização e investigação (e.g., PCL-R ou, num registo complementar, considera-se essencial administrar o PCL-R concomitantemente ao HCR-20, considerando as limitações deste último). A importância da articulação e do recurso complementar a vários **instrumentos (e métodos)** pode ser exemplificada pela avaliação estruturada do risco de violência (predição, gestão e monitorização): as pontuações do PCL-R são incorporadas noutros instrumentos de avaliação do risco, como o HCR-20; o SAPROF foi desenvolvido como complemento do HCR-20; e o estudo de validação portuguesa do SARA inclui o HCR-20. Esta recomendação de integrar as pontuações de um instrumento com resultados noutros testes é válida e indispensável para qualquer outro instrumento. Uma avaliação compreensiva deve igualmente envolver a participação de vários interlocutores para além do sujeito examinado. A título exemplificativo, é de anotar a utilidade para o diagnóstico em combinar a informação obtida a partir de entrevistas a pais e professores com os dados do ICU (cf. Docherty, Boxer, Huesman, O'Brien, & Bushman, 2017) ou a sugestão de futuro desenvolvimento de novas versões do YPI (um instrumento de autorrelato para adolescentes) para outros informadores, como é o caso de pais e professores.

22. O **uso competente dos testes** pressupõe a **exigência de qualificação/formação prévia específica na administração, correção e interpretação das pontuações obtidas nos instrumentos** (e.g., Bush & NAN Policy & Planning Committee, 2005; International Test Commission, 2013). Isto é (bem) reconhecido pelos autores de vários capítulos (HCR-20, SAVRY, SAPROF, SARA, J-SOAP-II, LS/CMI, PCL-R e Protocolo de Entrevista Forense do NICHHD. Contudo, por vezes acrescenta-se (e.g., no Capítulo 12, sobre o LS/CMI) que não é exigido que o utilizador tenha uma formação de base em psicologia, mas que deve ter treino específico, conferido por um formador aprovado pela editora que comercializa manuais e materiais de *testing*, para a aplicação e interpretação dos dados obtidos a partir do instrumento. No entanto, o recurso aos psicólogos parece incontornável quando se afirma (e.g., e de novo no Capítulo 12, sobre o LS/CMI) que o utilizador deve ter formação de nível graduado ou pós-graduado nas áreas de psicometria, avaliação psicológica e interpretação de instrumentos standardizados ou quando se reconhece a importância dos conhecimentos de psicopatologia, saúde mental e personalidade (que constituem domínios de avaliação nalguns destes instrumentos). Neste plano, é da responsabilidade e competência do psicólogo: conhecer as diretrizes e orientações

relativas ao desenvolvimento e validação de testes e outros instrumentos; saber quando usar testes e que instrumentos utilizar; **dominar os problemas relativos à sua administração, correção e interpretação** dos resultados, reconhecendo as consequências e implicações éticas dos resultados (e.g., International Test Commission, 2013). Também aqui nos parece que o psicólogo “deve ser melhor do que os instrumentos que utiliza”...

23. Num registo complementar, e relativamente a vários instrumentos apresentados nesta obra, é lembrada a importância de implementar **mais estudos em contextos clínicos e forenses e também na comunidade**, com grupos específicos que sirvam como grupos de controlo, incluindo nessas novas investigações, por exemplo, amostras com mais sujeitos do sexo feminino e grupos étnicos minoritários. A maior parte destes instrumentos continua a ser assumidamente objeto de **novas investigações em Portugal** e a rubrica relativa ao **Contacto com os autores** indicada em cada capítulo é, neste sentido, um meio para os leitores interessados solicitarem não apenas esclarecimento para dúvidas, mas também informação relativa a novos dados de investigação ou à possibilidade de parcerias.
24. Importa reconhecer que existem **outros instrumentos** também usados nos diferentes contextos de exercício da avaliação psicológica forense, que surgem de igual modo nas investigações centradas nos testes mais utilizados (Boccaccini & Brodsky, 1999; Lally, 2003; Lees-Haley et al., 1996) e que dispõem de estudos de validação (ou estão em fase de adaptação) para a população portuguesa: Escalas de Inteligência de Wechsler (e.g., WAIS-III, WISC-III), Matrizes Progressivas de Raven (e.g., MPER), Escala de Memória de Wechsler (e.g., WMS-III), Teste de Trilhas (TMT A e B), Figura Complexa de Rey-Osterrieth (FCR-O); Teste de Stroop (Formas e Cores); Teste de Aprendizagem Auditiva Verbal de Rey (AVLT), Testes de Fluência Verbal; Inventário do Comportamento da Criança de Achenbach (CBCL); *Minnesota Multiphasic Personality Inventory* (MMPI-2/MMPI-A); Questionário de Avaliação da Personalidade 16 PF-5; Inventário Clínico Multiaxial de Millon (e.g., MMCI-III); Inventário de Avaliação da Personalidade (PAI); Teste de Rorschach; Teste de Aperceção Temática (TAT); Inventário de Depressão de Beck (BDI/BDI-2); Inventário de Ansiedade de Beck (BAI); Inventário de Ansiedade Traço-Estado de Spielberger (STAI); Inventário de Sintomas (SCL-90-R) (para uma revisão do processo e dos instrumentos, cf., igualmente, Machado & Gonçalves, 2011; Simões & Sousa, 2017; Simões, Sousa, Marques-Costa, & Almiro, 2017).

Importa pensar os **instrumentos no contexto de um processo de avaliação psicológica**. Avaliação (e uso de instrumentos), diagnóstico, conceptualização do caso e investigação correspondem a domínios de competência funcional dos psicólogos que exercem as suas atividades em Psicologia Forense (Varela & Conroy, 2012).

Escala de Psicopatia de Hare – Versão Revista (PCL-R)

1

Rui Abrunhosa Gonçalves e Olga Cunha

Psicopatia

1.1. Indicações

1.1.1. Dimensões avaliadas

A versão revista da Escala de Psicopatia de Hare (*Hare Psychopathy Checklist-Revised* – PCL-R; Hare, 1991) é um instrumento composto por 20 itens para avaliação do grau de psicopatia através de uma escala de 0 a 40 pontos, cotado com base em dados recolhidos em entrevista semiestruturada e na revisão de informação arquivada. Esta escala permite, assim, avaliar traços de personalidade inferidos e comportamentos associados à psicopatia (Hare & Neumann, 2006). A atual versão da PCL provém da revisão de um instrumento concebido nos mesmos moldes, mas com 22 itens (cf. Hare, 1980).

O constructo da psicopatia, tal como avaliado na PCL-R, possui características dimensionais (Gonçalves, 1999), sendo que os seus itens têm sido agrupados estatisticamente em vários *clusters* ou fatores. Várias estruturas fatoriais têm sido propostas: modelo dos dois fatores (Hare, 1991; Quadro 1.1); modelo dos três fatores (Cooke, Michie, & Hart, 2006; Quadro 1.2); e modelo dos quatro fatores (Hare, 2003; Quadro 1.3).

Na edição de 1991 da PCL-R foram identificados dois fatores correlacionados: as Características Interpessoais e Afetivas (fator 1 ou faceta clínica) e a Desviância Social (fator 2 ou faceta antissocial). Os itens 11 (comportamento sexual promíscuo), 17 (relacionamentos conjugais numerosos e de curta duração) e 20 (versatilidade criminal) não integram nenhum dos fatores. Vários estudos permitiram replicar o modelo dos dois fatores da psicopatia assumindo, por isso, um papel de relevo na compreensão desta perturbação (Hare & Neumann, 2006).

Quadro 1.1: Distribuição dos itens da PCL-R de acordo com o modelo dos dois fatores (Hare, 1991)

Fator 1	Fator 2
1 – Loquacidade/volubilidade/encanto superficial	3 – Necessidade de estimulação/tendência para o tédio
2 – Sentido grandioso do valor de si próprio	9 – Estilo de vida parasita
3 – Mentir patológico	10 – Deficiente controlo comportamental
4 – Estilo manipulativo	12 – Comportamento problemático precoce
6 – Ausência de remorsos ou sentimentos de culpa	13 – Ausência de objetivos realistas
7 – Superficialidade afetiva	14 – Impulsividade
8 – Frieza/ausência de empatia	15 – Irresponsabilidade
16 – Não acatamento de responsabilidades pelas suas ações	16 – Delinquência juvenil
	19 – Revogação de medidas alternativas ou flexibilizadoras da pena de prisão
11 – Comportamento sexual promíscuo	
17 – Relacionamentos conjugais numerosos e de curta duração	
20 – Versatilidade criminal	

Quadro 1.2: Distribuição dos itens da PCL-R de acordo com o modelo dos três fatores (Cooke & Michie, 2001)

Fator 1	Fator 2	Fator 3
1 – Loquacidade/volubilidade/encanto superficial	6 – Ausência de remorsos ou sentimentos de culpa	3 – Necessidade de estimulação/tendência para o tédio
2 – Sentido grandioso do valor de si próprio	7 – Superficialidade afetiva	9 – Estilo de vida parasita
4 – Mentir patológico	8 – Frieza/ausência de empatia	13 – Ausência de objetivos realistas
5 – Estilo manipulativo	16 – Não acatamento de responsabilidades pelas suas ações	14 – Impulsividade
		15 – Irresponsabilidades

Quadro 1.3: Distribuição dos itens da PCL-R de acordo com o modelo dos quatro fatores (Hare, 2003)

Faceta 1	Faceta 2	Faceta 3	Faceta 4
1 – Loquacidade/volubilidade/encanto superficial	6 – Ausência de remorsos ou sentimentos de culpa	3 – Necessidade de estimulação/tendência para o tédio	10 – Deficiente controlo comportamental
2 – Sentido grandioso do valor de si próprio	7 – Superficialidade afetiva	9 – Estilo de vida parasita	12 – Comportamento problemático precoce
4 – Mentir patológico	8 – Frieza/ausência de empatia	13 – Ausência de objetivos realistas	18 – Delinquência juvenil
5 – Estilo manipulativo	16 – Não acatamento de responsabilidades pelas suas ações	14 – Impulsividade	19 – Revogação de medidas alternativas ou flexibilizadoras da pena de prisão
		15 – Irresponsabilidade	20 – Versatilidade criminal
11 – Comportamento sexual promíscuo			
17 – Relacionamentos conjugais numerosos e de curta duração			

Escala de Psicopatia de Hare – Versão Jovens (PCL:YV)

Pedro Pechorro, Ricardo Barroso, João Marôco, Rui Xavier Vieira e Rui Abrunhosa Gonçalves

2.1. Indicações

Desde há alguns anos que um número significativo de investigadores tem verificado que os traços de personalidade psicopáticos, ainda que tradicionalmente associados à idade adulta, são também observados em adolescentes e crianças. A Escala de Psicopatia de Hare – Versão Jovens (*Hare Psychopathy Checklist: Youth Version* – PCL:YV; Forth, Kosson, & Hare, 2003) foi especificamente construída para avaliar traços interpessoais, comportamentais e afetivos que se encontram associados ao constructo da psicopatia em adolescentes, rapazes ou raparigas, entre os 12 e os 18 anos de idade. Trata-se de um instrumento útil para detetar e/ou compreender traços/padrões comportamentais e afetivos, que frequentemente estão presentes num reduzido mas distinto subgrupo de jovens com especificidades neurológicas, interpessoais, cognitivas e afetivas. O uso deste instrumento poderá ser importante para o desenvolvimento de programas de prevenção ou intervenção precoce, com a expectativa de resultados mais positivos do que em idades superiores, dada a maior facilidade de mudança nestes primeiros estádios de desenvolvimento (Salekin, Worley, & Grimes, 2010). O instrumento vem descrito no manual como possuindo quatro dimensões: Interpessoal (e.g., superficialidade, manipulação), Afetiva (e.g., falta de remorsos), Comportamental (e.g., impulsividade, irresponsabilidade) e Antissocial (e.g., problemas comportamentais precoces, versatilidade criminal). Alguns estudos não têm confirmado a existência da dimensão Antissocial (Forth et al., 2003; Salekin & Debus, 2008).

2.2. História

A PCL:YV é um instrumento adaptado da Escala de Psicopatia de Hare – Versão Revisada (*Hare Psychopathy Checklist-Revised* – PCL-R; Hare, 1991, 2003), construído para avaliar o constructo teórico da psicopatia em adultos. Embora a PCL-R seja considerada o instrumento sobre psicopatia mais utilizado para o efeito e tenha considerável suporte científico (Achenson, 2005; Lynam & Gudonis, 2005), existe um considerável grau de incerteza em relação à sua aplicação junto de adolescentes. Dado que os adolescentes se distinguem dos adultos em várias dimensões, é assim necessário construir um instrumento devidamente adaptado a estas faixas etárias. Deste modo, no processo de construção da PCL:YV (tendo como base a estrutura da PCL-R) os autores procuraram ter em conta estas diferenças desenvolvimentais em pelo menos cinco condições (Forth et al., 2003; Kiehl & Sinnott-Armstrong, 2013). Num primeiro plano, ao tornar as instruções de cotação mais sensíveis ao modo como o comportamento normativo muda com a idade, devem os examinadores avaliar o comportamento do adolescente tendo em conta o comportamento normativo de grupos de pares da mesma idade e o desenvolvimento normativo na adolescência. Uma segunda consideração foi o desenvolvimento de um sistema de cotação da PCL:YV ajustado às experiências marcantes na vida dos adolescentes, o que, comparativamente à versão para adultos, reflete e enfatiza a enorme importância do grupo de pares, da família e da escola no seu quotidiano. Em terceiro lugar, estas modificações refletiram-se também a nível dos itens, tendo estes sido modificados para que pudessem ser utilizados no processo de avaliação de adolescentes (e.g., títulos, descrições). Uma quarta adaptação foi observada no desenvolvimento de um novo guião de entrevista, ajustado aos objetivos pretendidos para uma avaliação desta natureza e com algumas das modificações referidas anteriormente. Finalmente, no que diz respeito ao diagnóstico de psicopatia, dado que este poderia suscitar efeitos adversos nos adolescentes (sobretudo em agressores mais novos), foi intencionalmente decidido pelos autores não providenciar um ponto de corte como o que se encontra disponível no caso dos adultos.

2.3. Fundamentação teórica

O termo “psicopatia” é usado muitas vezes de forma pouco correta. Tecnicamente, o termo designa uma perturbação de personalidade cujos indivíduos manifestam um conjunto específico de traços (Glenn & Raine, 2014). Os psicopatas são descritos em termos interpessoais como grandiosos e autocentrados, evidenciando uma exagerada autovalorização e tendendo a culpar os outros pelas suas omissões ou comportamentos irresponsáveis. São comuns o uso frequente da mentira e a tentativa de retirar vantagens



A Psicologia Forense e, de modo particular, a investigação, o ensino e a prática profissional da avaliação psicológica em contextos forenses apresentam-se como áreas de considerável desenvolvimento nos últimos anos.

Este livro constitui uma resposta à exigência de utilização de instrumentos de avaliação psicológica forense que disponham de investigação sistemática, em torno da precisão e validade dos seus resultados, compreendendo estudos de validação empíricos recentemente realizados em Portugal e em contextos forenses diversificados (prisão, centros educativos, médico-legais).

Apresenta 24 instrumentos de avaliação forense, desenvolvidos para responder a questões legais e divididos em quatro grandes grupos: **Psicopatia (I); Gestão do Risco, Risco de Violência (II); Psicopatologia, Comportamento Antissocial (III); Sugestionabilidade, Estilos de Resposta, Validade de Desempenhos e Validade de Sintomas (IV).**

Estes instrumentos asseguram uma resposta qualificada a solicitações crescentes de avaliação psicológica no âmbito do Direito e da Justiça, suprimindo necessidades reconhecidas ao nível da investigação, formação e prática na área da Psicologia Forense e da Psicologia em geral no nosso País.